

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação de Beja

Mestrado em Ensino na Especialidade de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º

Ciclo do Ensino Básico

Alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas: Dificuldades Sentidas

Pelos Professores

Andreia Raquel Baião Calhau

Beja

2015

Instituto Politécnico de Beja

Escola Superior de Educação de Beja

**Mestrado em Ensino na Especialidade de Educação Pré-Escolar e Ensino
do 1º Ciclo do Ensino Básico**

**Alunos Com Necessidades Educativas Especiais Severas: Dificuldades
Sentidas Pelos Professores**

**Estudo a apresentar no Relatório Final no âmbito do Mestrado na
Especialidade de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo na Escola
Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja**

Elaborado por:

Andreia Raquel Baião Calhau Nº 13449

Orientado Por:

Mestre/ Especialista Adelaide Espírito Santo

Beja

2015

" O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."

Boaventura de Souza Santos

Agradecimentos

Sem pretender desvalorizar qualquer um dos contributos que recebi para a realização deste trabalho, quero desde já expressar o meu sincero reconhecimento a todos aqueles que de alguma forma participaram nele, e que possibilitaram a sua realização.

Em primeiro lugar, o meu reconhecimento e agradecimento à professora Adelaide Espírito Santo pela paciência e dedicação com que orientou este trabalho.

A todos os professores e colegas do Mestrado, que proporcionaram momentos de troca de saberes e de experiências e aprendizagens.

Um importante reconhecimento aos meus pais pela generosidade e amor demonstrados, por serem as pessoas com quem posso contar em qualquer momento, especialmente nos momentos mais difíceis ...

Aos Diretores dos Agrupamentos das Escolas envolvidas que permitiram e autorizaram a aplicação das entrevistas. A todos os professores titulares de turma e de Educação Especial que colaboraram disponibilizando o seu tempo para a realização da entrevista do estudo realizado.

A todos os que de alguma forma fizeram parte da minha vida, pois cada um deles contribui para me tornar a pessoa que sou hoje.

A todos o meu muito obrigado.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo abordar as dificuldades sentidas pelos professores quando trabalham com crianças com Necessidades Educativas Especiais Severas (N.E.E.S). Enquanto sociedade já vamos constatando a integração destes alunos em regime escolar normal, e conseqüentemente a existência de mais professores de Educação Especial. Verifica-se que existe ao nível educativo um conjunto de limitações que o professor encontra relativamente às políticas educativas, organização da escola, organização do currículo, recursos/ apoios humanos, e ainda aos recursos/ apoios materiais, o que poderão levar à desmotivação da sua prática educativa.

Na elaboração deste estudo, através da realização de entrevistas aos docentes titulares de turma e de Educação Especial, propôs-se identificar as dificuldades sentidas de forma a expor os problemas existentes e de algum modo contribuir para a procura de soluções. Estas, constituem uma limitação à aprendizagem dos alunos, imposta indiretamente, dado que não depende das suas próprias capacidades.

Foi possível apurar que ao nível do sistema educativo, alguns dos objetivos colocados se constituem como um problema, em especial ao nível da burocracia e da organização escolar. Constatou-se ainda que a formação profissional e experiência dos professores se afirmam como fatores importantes para a qualidade da sua atividade profissional.

Palavras-Chave: Dificuldades; Professores; Educação Especial; Necessidades Educativas Especiais Severas.

Abstract

This paper aims to address the difficulties experienced by teachers when they work with children with Special Educational Needs Severe (NEES). As a society we already noting the integration of these students into regular school system, and consequently the existence of more teachers of Special Education. It appears that there is the educational level a set of limitations that the teacher is in relation to educational policy, school organization, curriculum organization, human resources / support, and also to the resources / support materials, which can lead to demotivation of its educational practice.

In preparing this study, by conducting interviews with class teachers and holders of Special Education, set out to identify the difficulties to expose existing and somehow contribute to the search for solutions problems. These constitute a restriction on student learning, imposed indirectly, since it does not depend on your own capabilities.

It was found that the level of the education system, some of the goals set are constituted as a problem, especially in terms of bureaucracy and school organization. It was also found that the training and experience of teachers assert themselves as important factors for the quality of their work.

Keywords: Difficulties; teachers; Special Education; Special Educational Needs Severe.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	4
1. Génese e Evolução da Educação Especial.....	4
1.1. As Classes Especiais	4
1.2. Da Integração à Inclusão	6
2. Definição de Conceitos	7
2.1. Conceito de Alunos com Necessidades Educativas Especiais	7
2.2. Tipos de Necessidades Educativas Especiais	9
2.2.1. Necessidades Educativas Especiais de Caráter Temporário.....	9
2.2.2. Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente	9
3. Escola e Inclusão.....	10
3.1. Suporte Legislativo	10
3.2. O papel da escola.....	11
3.3. O professor como agente	14
4. O Papel da Família no Progresso Escolar dos Filhos com Necessidades Educativas Especiais.....	16
Capítulo II - Estudo Empírico.....	18
1. Objeto de Estudo e sua Justificação	18
1.1. Objetivos do Estudo	18

1.1.1. Objetivo Geral	19
1.1.2. Objetivos Específicos	19
2. Metodologia.....	19
2.1. Participantes no Estudo.....	21
2.2. Instrumentos de Recolha de Dados	22
2.3. Procedimentos para a Recolha e Análise dos Dados	23
2.4. Tratamento dos Dados	23
2.5. Procedimentos.....	23
Capítulo III - Análise e Interpretação dos Dados	25
1. Análise dos dados	25
1.1. Análise e Interpretação das Entrevistas	25
1.1.1. Entrevistas semiestruturadas às professoras titulares de turma e às professoras de Educação Especial	25
2. Plano de Ação	33
2.1. Objetivos	33
2.2. Ações/ Estratégias:.....	33
Considerações Finais.....	36
Referências Bibliográficas.....	39
Apêndices.....	42

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Autonomia face à lei dos professores de Educação Especial	26
Gráfico 2: Recursos técnicos.....	29
Gráfico 3: Apoios técnicos.....	29
Gráfico 4: Professores de Educação Especial.....	30
Gráfico 5: Psicólogos e assistentes sociais	30
Gráfico 6: Recursos materiais	30
Gráfico 7: Equipamentos informáticos	30
Gráfico 8: Competências específicas	32

Índice de Abreviaturas

NEE (Necessidades Educativas Especiais)

NEES (Necessidades Educativas Especiais Severas)

CERCI,S (Cooperativas de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade)

UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

Introdução

Identificar e aceitar a diversidade é trilhar o caminho da igualdade de direitos. Reconhece-se hoje, que todas as crianças têm características, capacidades, interesses e necessidades de aprendizagem que lhes são próprias.

Segundo Olga Mariano “Nós temos cinco dedos na mão. São todos diferentes. São todos necessários.”

É consensual que as questões relativas à educação das crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais é hoje um assunto que diz respeito a todos nós enquanto sociedade. Para além dos pais, dos governos, dos professores, dos investigadores e especialistas, dos médicos, a sociedade em geral e em particular, todos os intervenientes têm um papel fulcral a desempenhar no campo educativo.

As dificuldades, em termos de competência organizacional, da implementação de uma escola inclusiva, são variadas e complexas. A dinâmica da escola é um processo contínuo logo, tudo aquilo que surge de novo, deve ter atenção no sentido construtivo. Temos que saber lidar com a mudança rápida, com incertezas e de algum modo prever como é que estes alunos que estão nas escolas se sentem, ou se acham que estão realmente apoiados. Neste campo verifica-se a existência de algumas barreiras. Ouve-se dizer que se trabalha muito, no entanto, é importante dialogar e articular mais e melhor, já que todo este processo se encontra em permanente construção. O esforço será mais pertinente na articulação, fazendo do diálogo, da comunicação, a possibilidade de se poder rentabilizar em comum os esforços de cada uma das pessoas e instituições envolvidas. As equipas multidisciplinares deveriam funcionar eficazmente, ser valorizadas e ter um espaço efetivo e marcante nas escolas.

O protótipo da educação terá então como base o princípio de que é necessário construir um novo projeto social, no qual a compreensão do indivíduo com Necessidades Educativas Especiais seja incorporada socialmente como reconhecimento das suas capacidades e não só das suas dificuldades. Incorporar este

indivíduo na sociedade. É dar expressão a alguém que mesmo com deficiência, tem uma história de vida e não é apenas um aluno com uma história de deficiência.

Segundo a Declaração de Salamanca “Por um tempo demasiado longo as pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades. ”

É essencial reconhecer as nossas limitações, independentemente de sermos, ou não, portadores de uma deficiência e reconhecermos também que deve ser mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa na qualidade de seres humanos. De uma forma ou de outra, todos temos limitações, deixarmo-nos definir por alguma em particular é a pior limitação que podemos ter.

Falar de limitação *versus* potencial, encaminha para a ideia de que devemos reconhecer quais as nossas limitações, tendo como base desse reconhecimento a aceitação. Reedificar o carácter individual é valorizar o nosso potencial, e portanto no seu todo, valorizar o conceito social trazendo à luz desta realidade a máxima de Saint Exupéry, “... eu posso aumentar-te, eu posso melhorar-te, eu posso enriquecer-te”.

Hoje-em-dia é cada vez mais difícil ser professor. Constatando com a observação que tenho realizado, e na qualidade de futura professora julgo que poderei dizer que todos nós estamos desencantados com a forma como os professores estão a ser tratados.

Os professores são ainda, felizmente, considerados importantes na formação dos “agentes” que no futuro respondem às exigências do desenvolvimento. Todavia, os estudos sobre o trabalho docente têm vindo a patentear a insatisfação dos seus intervenientes, dado o reforço do trabalho e a ampliação da sua ação sem a correspondente compensação. É especialmente sobre as dificuldades dos professores na edificação de uma escola inclusiva que se debruça a presente tese de mestrado.

Pretende-se esclarecer não só a complexidade do trabalho envolvido, seja pelo inerente empenho intelectual, como tantas vezes físico, quase sempre com algum desgaste a título familiar e sempre gratuito no que toca aos afetos necessários para

que seja o resultado final um mero emprego de técnicas ou teorias no que diz respeito ao correto desempenho da função.

Porém, entre tudo e entre todos, a bem do próximo, da educação, do ego de cada profissional envolvido e da sociedade no geral, seremos sempre com ou sem limitações “todos diferentes porém todos iguais”.

O presente estudo está dividido em três partes. Na primeira parte da investigação encontra-se o enquadramento teórico e está dividido em vários pontos: génese e evolução da Educação Especial; definição de conceitos relacionados com alunos com Necessidades Educativas Especiais; escola e inclusão; família e educação.

A segunda parte incide sobre o estudo empírico, onde é enquadrada toda a metodologia de investigação. Coloca-se a pergunta de partida, abordando os objetivos, as hipóteses do estudo, as variáveis, a população, o instrumento e os procedimentos para a recolha e análise dos dados, e ainda a caracterização do meio. Por fim apresentamos o plano de ação, as considerações finais e as referências bibliográficas.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1. Génese e Evolução da Educação Especial

Não é necessário remontar à antiguidade para sabermos como as pessoas diferentes foram sendo vistas ao longo do tempo. Baptista (1993) distingue três épocas na história da Educação Especial. A primeira, que se pode considerar a pré-história da Educação Especial, essencialmente asilar. A segunda, de forte cariz assistencial, aliada a algumas preocupações educativas, defende que a educação deverá decorrer em ambientes segregados. Finalmente, a terceira e a mais recente, apresenta uma nova abordagem do conceito e da prática da Educação Especial, caracterizada predominantemente pela preocupação com a integração dos deficientes com os seus iguais.

1.1. As Classes Especiais

A partir da década de 70, com a reforma de Veiga Simão, generalizou-se em Portugal a ideia de que cabe ao Ministério da Educação a formação dos professores de crianças deficientes (Grácio, 1973).

No ano de 1973, foram criadas na Direção Geral do Ensino Básico e Secundário as Divisões de Ensino Especial. Ainda neste ano gerou-se um movimento tendente a integrar crianças e jovens deficientes em classes regulares, o que motiva a transformação de algumas classes especiais em salas de apoio. Este movimento é assumido pelas duas Divisões de Ensino Especial.

Em 1975, surgiu o grande movimento cooperativo (CERCI's) impulsionado pelos pais de crianças deficientes intelectuais. A possibilidade de crianças e jovens serem integrados no ensino regular passou a ser apoiado pela Divisão do Ensino Especial da D.G.E.B (Direção Geral do Ensino Básico) que nesse ano criou as primeiras Equipas Itinerantes vocacionadas para a integração de crianças e jovens deficientes nas escolas regulares.

Ao exemplo do que acontecia nos países Ocidentais a constituição portuguesa de 1976 passa a englobar artigos sobre a “igualdade de oportunidades” (73 e 74) e o artigo 71 incidindo sobre a atenção a crianças deficientes.

Também no mesmo ano, são criadas as equipas de Educação Especial cujo objetivo era apoiar crianças com dificuldades de aprendizagem apoio regulamentado pelo Decreto-Lei nº 174/77 que categorizava os alunos considerados “integráveis”: alunos portadores de deficiências sensoriais ou motoras com capacidade para acompanhar os currículos comuns nas escolas regulares.

Na década de 80, existiu o incremento na formação de professores. Foi neste momento que surgiram as classes especiais e as crianças são classificadas segundo diferentes categorias.

Propagam-se as escolas especiais e distinguem-se em função das diferentes etiologias: cegos, surdos, deficientes mentais, paralisias cerebrais, dificuldades de aprendizagem, entre outras.

Os centros especiais e especializados são separados dos regulares, possuem programas próprios, pessoal técnico e especializado e constituem um subsistema de Educação Especial diferenciado, dentro do sistema educativo regular (Campos, 2012).

Em 1986 a Lei 46/86, Lei de Bases do Sistema Educativo, define nos artigos 17 e 18 o âmbito e os objetivos da educação de crianças com Necessidades Educativas Especiais. Esta lei contempla nos objetivos para o Ensino Básico a existência de condições adequadas ao desenvolvimento da educação de crianças inadaptadas, deficientes e precoces com o articulado:

“A Educação Especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específicos com apoio de Educadores Especializados” (LBSE, art.º 18º).

Com suporte no modelo médico a resposta de Educação Especial da época visava superar as diferenças nos indivíduos portadores de deficiências integrando-os em sistemas especiais conforme o grau e natureza da mesma.

Em síntese, no século XX teve início a obrigatoriedade e expansão da escolarização básica, verificando-se que muitos alunos apresentavam dificuldades acrescidas para acompanhar o ritmo normal dos demais alunos, com rendimento abaixo ao das outras crianças da mesma idade. Como resultado criou-se deste modo a divisão do trabalho da educação e apareceu uma Educação Especial institucionalizada, baseada nos níveis de capacidade intelectual e diagnosticada em termos de quociente intelectual.

A partir de 1994, com a declaração de Salamanca, foi considerado que as escolas especiais, apesar de exclusivamente dedicadas aos problemas dos indivíduos com deficiência, proporcionavam às crianças um ambiente muito restrito, sendo prejudicial do ponto de vista educativo, uma vez que favorecia a segregação e a discriminação.

1.2. Da Integração à Inclusão

Em resultado da expansão do conceito e normalização pela Europa e América do Norte, dá-se no meio educativo, uma substituição das práticas de segregação por práticas e experiências integradoras. Percorre-se desta forma o caminho para a desinstitucionalização, procurando integrar os portadores de deficiência no mesmo espaço escolar e laboral à semelhança dos restantes indivíduos considerados normais.

“A inclusão é vista como um processo que consiste em responder às diferentes necessidades de todos os alunos através de uma maior participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade, assim como reduzir a exclusão dentro da educação. Implica mudanças e alterações de conteúdo, métodos, estruturas e estratégias, numa visão comum de todas as crianças dos mesmos níveis etários, e partindo da convicção que compete aos sistemas educativos regulares educarem todas as crianças” (UNESCO, 1994).

O modelo de escolas especiais apresentava alguns aspetos positivos que, ao mesmo tempo se traduziam em muitos inconvenientes. Para a maior parte dos autores que

refletem sobre esta problemática são enunciados mais aspetos negativos do que positivos neste modelo, sendo estes a favor do ensino integrado. Os críticos da inclusão (Fluchs & Fuchs, 1994; Kauffman & Hallahan, 1995; Semmel, Gerber & MacMillan, 1995), advertem para o facto de esta, sobretudo a nível mais extremo da inclusão plena, não responder às necessidades reais de todos os alunos com problemas escolares, ou seja, desvaloriza o que deveria ser essencial: o processo de ensino/aprendizagem e os seus efeitos na criança.

O cerne da questão reside no facto de que não parece possível criar um ambiente totalmente natural para todos, tal como também não são convenientes para a generalidade dos ambientes segregadores e excessivamente fechados.

O princípio da normalização, segundo uma perspetiva pedagógica, implica a individualização, de modo a que o seu processo educativo se ajuste e se direcione ao ritmo de aprendizagem, às necessidades e especificidades de cada um. Para levar a cabo a inclusão escolar é necessário ter em conta a necessidade de partição dos serviços, ou seja, os alunos com Necessidades Educativas Especiais deverão receber o apoio de que necessitam dentro do seu meio natural e cabe aos serviços organizarem-se para melhor darem resposta às suas necessidades. Contudo, e ainda que no princípio de um caminho que se advinha longo, a escassez de recursos ou a falta de adaptação atempada destes mesmos serviços, revela-se já uma fonte de discórdia.

2. Definição de Conceitos

2.1. Conceito de Alunos com Necessidades Educativas Especiais

A noção de Necessidades Educativas Especiais (N.E.E) foi introduzida por Warnock Report, em 1978, no Reino Unido, no seguimento dos movimentos de inclusão que se faziam sentir, um pouco por toda a Europa, os quais vieram pôr em causa, para efeitos da intervenção educativa, os sistemas de categorização das deficiências, colocando antes a tónica na avaliação das características individuais dos alunos e responsabilizando-se a escola regular pela ativação de medidas e recursos educativos especializados adequados a cada situação específica.

O conceito anteriormente abordado de Necessidades Educativas Especiais (N.E.E) compreende todos os alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino/aprendizagem, não comuns à maioria dos alunos da mesma idade, visto que apresentam dificuldades e incapacidades que se refletem numa ou mais áreas de aprendizagem.

“Necessidades educativas especiais são aquelas que têm certos alunos com dificuldades maiores que o habitual (mais amplas e mais profundas) e que precisam, por isso, de ajudas complementares específicas. Determinar que um aluno apresenta N.E.E. supõe que, para atingir os objetivos educativos, necessita de meios didáticos ou serviços particulares e definidos, em função das suas características pessoais”. (Brennam, W. K., 1990:47).

Esta noção foi adotada em Portugal no final da década de 80 tendo, da década de 90, a publicação do Decreto-Lei 319/91, de 23 de Agosto, instituído um marco decisivo na garantia do direito de frequência das escolas regulares de muitos alunos que, até agora, estavam a ser educados em ambientes segregados.

No entanto, verifica-se que este conceito ao abranger um grupo heterogéneo de alunos, cujas dificuldades ou incapacidades podem ir de grau ligeiro a severo e cujas necessidades educativas podem ter um carácter mais ou menos prolongado, ainda se encontra muito centrado nos problemas dos alunos e não nos fatores que lhe são extrínsecos. Falamos concretamente de problemas relacionados com todo o processo de escolarização, sendo que muitos dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (N.E.E) poderão precisar, de um ensino de qualidade, modelado pelos princípios de flexibilização, adequação e estratégias de diferenciação pedagógica e não de medidas de Educação Especial.

Como a legislação Portuguesa (decreto lei 3/2008) define os alunos elegíveis para a educação especial pensamos ser pertinente definir conceitos relacionados com as Necessidades Educativas Especiais.

2.2. Tipos de Necessidades Educativas Especiais

2.2.1. Necessidades Educativas Especiais de Caráter Temporário

As Necessidades Educativas Especiais de Caráter Temporário abrangem problemas de saúde, de socialização, de comportamento e de aprendizagem. Os alunos que apresentam este tipo de Necessidades Educativas Especiais são os que apresentam maiores dificuldades relativamente à sua identificação e à intervenção que a escola deve apresentar (Silva, 2004).

“É este o grande grupo que aflige a escola e a que esta responde com medidas de educação especial; no entanto, estes casos relevam sobretudo de uma educação de qualidade e diversificada e não de educação especial” (Bairrão, 1998: 29-30).

Os alunos que contêm este tipo de Necessidade Educativa Especial prescrevem apenas uma adaptação parcial do currículo, de acordo com as características do aluno num dado momento específico do seu desenvolvimento. Estes alunos não são elegíveis como alunos de Educação Especial de acordo com o decreto-lei 3/2008 que considera só os alunos com Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente.

2.2.2. Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente

As Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente ou “Prolongado”, comportam a deficiência visual, auditiva, motora, mental e o espectro do autismo. A sua etiologia é biológica, inata ou congénita, ainda que os problemas possam decorrer de fatores ambientais. O reconhecimento destes alunos, é feita pelos serviços de saúde e de segurança social, exigindo a sua inclusão particular, articulação e cooperação entre os diferentes atores e a existência de recursos apropriados à sua problemática (Silva, 2004).

“ (...) alunos com multideficiência que a escola dizia seguirem um currículo normal, alunos cegos com currículo alternativo, alunos com deficiência auditiva com currículo normal e alunos com dificuldades de aprendizagem ligeiras com currículo alternativo” (Bairrão, 1998).

Neste tipo de Necessidades Educativas Especiais encontramos crianças ou adolescentes que sofreram modificações, provocadas por problemas orgânicos, funcionais, por défices socioculturais e económicos graves que abrangem o foro sensorial, intelectual, processo lógico, físico e emocional.

3. Escola e Inclusão

3.1. Suporte Legislativo

Ao longo dos últimos anos, a política educativa tem vindo a observar de uma forma mais ou menos integradora as crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais. Os grandes princípios orientadores têm a ver com o que no mesmo âmbito se passa em relação às Nações Unidas, UNESCO, OCDE e EU.

Em Portugal o decreto-lei 6/2001 é o normativo que advoga que o currículo deverá se adaptar às necessidades e particularidades dos alunos, sendo deste modo um currículo flexível, cabendo à escola organizar-se de forma a proporcionar oportunidades de aprendizagem correspondentes capacidades e interesses de todos os seus alunos crianças.

Atualmente, o Decreto-Lei n. 3/2008 de 7 de Janeiro regulamenta a educação especial. Com este Decreto-Lei pretende-se a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens, na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo “educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações” funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social (Capítulo I, artigo 1.º).

O programa educativo individual do aluno, como nos indica o Decreto-lei n.3/ 2008 de 7 de janeiro, é elaborado conjuntamente pelo educador de infância, professor do 1º

ciclo ou diretor de turma, pelo docente de educação especial, pelo psicólogo e pelos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno e aprovado pelo conselho pedagógico e pelo encarregado de educação (Capítulo III, artigo 13.º).

O Decreto-Lei estabelece as seguintes medidas educativas de educação especial: apoio pedagógico personalizado; adequações curriculares individuais; adequações no processo de matrícula; adequações no processo de avaliação; currículo específico individual; tecnologias de apoio (Capítulo IV, artigo 16.º).

Para finalizar e segundo o Decreto-lei mencionado anteriormente, as escolas ou agrupamentos de escolas devem, isolada ou conjuntamente, desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outras, visando os seguintes fins: a referência e avaliação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente; a execução de atividades de enriquecimento curricular; a execução de respostas educativas de educação especial; o desenvolvimento de estratégias de educação que considerem adequadas para satisfazer necessidades educativas dos alunos; o desenvolvimento de ações de apoio à família; a transição para a vida pós-escolar; a integração em programas de formação profissional; preparação para integração em centros de emprego apoiado; preparação para integração em centros de atividades ocupacionais; outras ações que se mostrem necessárias para o desenvolvimento da educação especial (Capítulo VI, artigo 30.º).

3.2. O papel da escola

Ao referirmo-nos ao “contexto escola” estamos a falar de um agrupamento que não se submete à livre escolha dos indivíduos. Esta é um sistema onde se instrui uma ação social específica que a caracteriza, “ou seja, a educação não é o resultado de uma ação individual entre pais e filho – educação familiar – ou o professor e o aluno – educação escolar mas entre duas categorias sociais distintas, a categoria familiar e a categoria escolar/educativa (...)” (Pires & Lima, 1991: 29).

Na educação escolar, um dos fatores mais relevante é a relação que a escola mantém com os seus alunos, tornando-a ainda mais necessária na interação com crianças portadoras de Necessidades Educativas Especiais. Refletir sobre este conteúdo é refletir sobre a própria escola, pressupondo-se esta enquanto sistema que autoriza a presença no seu seio da “diferença”.

Atualmente as escolas ainda se sentem “intimidadas” quando é necessário incluir alunos diferentes. Neste caso é essencial que a escola encare o aluno com Necessidades Educativas Especiais como um elemento que pode ser estável dentro do Sistema Escolar, de modo a que sejam excluídos os obstáculos existentes.

O processo educativo tem um grande embate, tanto nos alunos com Necessidades Educativas Especiais como nos restantes alunos que o frequentam. Ao longo do processo de inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares, o professor não só lhe deve transmitir sentimentos positivos como também lhes deve mostrar afeto. As atitudes tomadas pelo professor são rapidamente reveladas e adotadas pelos restantes alunos.

Conforme Nielsen (1999), é necessário que o professor tenha o cuidado no tipo de discurso adotado quando faz referência ou comunica com os alunos com Necessidades Educativas Especiais, já que pode transmitir atitudes negativas em relação a estes e, por sua vez pode limitar o desenvolvimento da sua autoestima. O professor deve afastar o uso de quaisquer expressões que tenham uma conotação negativa.

A educação inclusiva põe mais exigências e renovados desafios à escola e aos professores que nela estão inseridos. Estes necessitam de apoio nos seus esforços para que possam implementar um currículo que corresponda às características e necessidades de todos os alunos.

O grau de emancipação das escolas em inserir adaptações ou modificações curriculares, desdobrando estratégias diferenciadas que respondam a estas necessidades, tendo em linha de conta as diferenças entre os alunos e as necessidades das comunidades particulares, é facilitado quando o currículo nacional se centra mais em objetivos que em conteúdos, quando são possíveis abordagens curriculares

interdisciplinares, quando as escolas e os professores colaboram entre si e desenvolvem abordagens próprias a partir das equipas de trabalho que organizam.

A organização do sistema educativo regula de forma definitiva a eficiência dos serviços que o integram e, previsivelmente, constitui um fator de primordial interesse no progresso de uma perspetiva inclusiva na educação das crianças e jovens.

Atualmente ainda existem alguns problemas na prestação e organização dos serviços de ensino nas escolas inclusivas, de entre os quais podemos salientar: não se consegue precisar o número de alunos excluídos do sistema escolar, bem como os que nele ingressaram e os que o abandonaram, só uma pequena percentagem de alunos anteriormente classificados como tendo “necessidades especiais” recebe educação apropriada nas escolas regulares ou espaços especiais, não existe qualquer apoio para os que se encontram fora do sistema, os serviços educativos pós primários não respondem às necessidades. A gestão e distribuição dos recursos refletem as disparidades do anterior regime, os alunos que enfrentaram, historicamente, barreiras na aprendizagem, têm tido poucas oportunidades de ingressar no ensino superior (UNESCO, 2003).

A maior parte dos estabelecimentos de ensino é inacessível para muitos alunos, nomeadamente para aqueles que contêm deficiências físicas.

A centralização básica do sistema educativo tem deixado uma herança de controlo restritivo centralizado que impede a mudança e a iniciativa. O dever jurídico das decisões tende a situar-se no nível mais elevado e a gestão mantém-se centrada na execução de regras por parte dos funcionários, em vez, zelarem pela qualidade do serviço prestado.

Existem necessidades de formação de pessoal que não estão a ser cumpridas a todos os níveis. Quem presta cuidados e apoio, a nível comunitário têm uma possibilidade bastante limitada ou nula de serem formados e capacitados. As formações têm de estar fragmentadas, se coordenação, desajustadas e inadequadas para as necessidades de um país em desenvolvimento.

3.3. O professor como agente

A relação pedagógica compreende todos os intervenientes diretos e indiretos do processo pedagógico, desde professores a assistentes operacionais.

“Se estabelece uma relação entre pelo menos dois seres humanos, em que um deles procura, de modo mais ou menos sistemático e intencional e nas mais diversas circunstâncias, transmitir ao outro determinados conteúdos culturais (educar), desde os mais necessários à sobrevivência a outros que podem ser da ordem da fruição gratuita” (Amado, 2005: 11).

Ao longo dos tempos, o professor foi obrigado a modificar a sua atitude pedagógica e tornou-se o organizador de aprendizagem e o dinamizador do desenvolvimento intelectual do aluno.

“ (...) tanto o aluno quanto o professor devem ser vistos como sujeitos do processo ensino-aprendizagem, e neste sentido possuem uma igualdade para que tal relação se estabeleça. [...] Porém, aluno e professor possuem diferentes níveis de compreensão da realidade e o diálogo em aula não deve ignorar este dado, mas sim incorporá-lo como dado fundamental” (Ponce, 1989: 77).

O professor deve tentar motivar o aluno, de modo a integrar esta motivação nas tarefas de aprendizagem e distinguir a forma adequada às opções didáticas e pedagógicas. A autoestima do aluno é suscetível de ficar comprometida, caso seja compreendida e vivida de uma forma negativa. O erro deve ser percebido pelo professor como fator que pode fomentar o sucesso. Assim, parece importante considerar a comunicação, as expectativas e as representações de uma forma relevante, pois estas parecem ter um papel importante na gestão dos processos educativos, tal como descreve Almeida (1986: 146), “Convém acreditar que o aluno precisa mais de carinho e amor do que de ensino: isso equaciona, a um tempo, pelo menos dois problemas: o da não aprendizagem do aluno e o da não habilitação do professor.”

Falando, mais especificamente, nos professores de Educação Especial, estes devem ter a consciência de que as suas funções são mais abrangentes do que as de um professor de ensino regular. Este profissional deve ter a percepção de todo o processo educacional da criança por quem é responsável, para poder direcionar o seu campo de ação para algumas atividades. Tal situação implica conhecer cuidadosamente cada um dos seus alunos para melhor os conhecer, e em função dos resultados obtidos fazer o plano da ação educativa. Sendo certo que se tratam de alunos que não podem acompanhar o currículo normal, este professor, juntamente com o professor titular de turma, terá de fazer uma diferenciação pedagógica e prever a utilização de outros instrumentos e meios compensatórios face às dificuldades detetadas pelas crianças e jovens. O professor de Educação Especial deve utilizar estratégias e métodos inovadores de ensino e fazer uma diferenciação pedagógica. As funções deste docente passam por aperfeiçoar e enriquecer o currículo escolar, melhorar o nível de realização do aluno, apoiar o aluno e trabalhar diretamente com a direção da escola na organização para uma escola inclusiva.

Deve providir dos conteúdos de ensino no sentido de aperfeiçoar e enriquecer o currículo escolar e por consequência melhorar o nível de realização do aluno. Também faz parte das funções deste docente ter uma maior atenção às áreas que promovam a socialização e expressão das crianças.

“Embora o sucesso da educação dependa do perfil do professor, a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas. Os professores são compelidos a encontrar pelos seus próprios meios, formas de requalificação que se traduzem em aumento não reconhecido e não remunerado das jornadas de trabalho” (Barreto e Leher, 2003).

Como a legislação Portuguesa (decreto lei 3/2008, artigo 3º) diz ser extremamente necessária a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos filhos pensamos ser pertinente definir conceitos relacionados com a família e o papel dos pais na escola.

4. O Papel da Família no Progresso Escolar dos Filhos com Necessidades Educativas Especiais.

Na opinião do professor Ramiro Maques (2001), a forma como a criança, ao longo da sua vida se adapta aos diferentes meios, em especial ao meio escolar, depende grande parte da educação familiar e da natureza das relações dos pais com as crianças. A família, através das suas atitudes poderá influenciar o rendimento escolar. Conhecer o modo como ocorre essa influência facilita a compreensão de vários aspetos, positivos e negativos, relacionados com os objetos de conhecimento escolar.

Conforme diz Luís Correia (1999), é fulcral consciencializar os profissionais da educação, em especial os professores, da utilidade que o contributo dos pais pode ter na educação do aluno com Necessidades Educativas Especiais.

“A nossa experiência diz-nos que a relação pais-professores ainda não é a melhor dado que, por um lado, estão os pais com as suas frustrações e a responsabilidade acrescida de educar um filho com Necessidades Educativas Especiais e, por outro lado, está o professor, quantas vezes sem formação nesta área, com a responsabilidade de alargar os seus horizontes no sentido de poder vir a atender com eficácia a criança com Necessidades Educativas Especiais.” (Luís Correia, 1999: 45)

Na maioria das vezes, criam-se climas contraditórios, que podem estorvar a criança em vez de a favorecer, bem como a relação entre pais e professores. O professor deverá perceber, avaliar, identificar e antecipar um conjunto de comportamentos característicos das famílias com filhos com Necessidades Educativas Especiais, pois, só assim será capaz de compreender não só as frustrações e os contratempos, mas também as alegrias e a esperança com que os pais se confrontam quando lhes nasce uma criança diferente.

A experiência educativa só poderá ser enriquecedora para a criança. Quando os pais se mostram envolvidos no processo de inclusão. É importante estabelecer uma comunicação aberta com os pais. Se existir comunicação entre os pais e o professor,

haverá uma comunicação mais regular, com o objetivo de manter os pais informados acerca dos progressos do aluno, dos trabalhos que lhe foram pedidos e de quaisquer projetos futuros em processo de planificação.

“O envolvimento parental no processo educativo e a assistência dada ao aluno com Necessidades Educativas Especiais contribuirão para o seu sucesso escolar.” (Nielsen, 1999:25)

Segundo Nielsen (1999), os profissionais sentem muita dificuldade em guiar os pais, enquanto estes se recusam a aceitar que o seu filho(a) tem Necessidades Educativas Especiais. Assim, é importante que os professores estejam igualmente sensibilizados para os problemas dos pais e os ajudem a estabelecer para os seus filhos objetivos académicos e sociais razoáveis.

O professor deve fazer sentir aos pais que se interessa, que podem contar com ele e que o seu objetivo é que a criança alargue todo o seu potencial individual. É também importante que o professor perceba que a atitude dos pais, muitas vezes, revela unicamente uma prova de encontrar uma justificação para a sua situação extremamente delicada. Os profissionais da educação devem, ter sempre presente o facto de as ações da maior parte dos pais representarem unicamente a sua tentativa de educar os seus filhos da melhor forma.

Para que uma criança com Necessidades Educativas Especiais cresça social e emocionalmente, é indispensável que os pais e os professores compreendam que esta não necessita de ser alvo de um maior grau de proteção, precisando sim, que essa proteção seja menos. Sempre que possível, é imprescindível que seja dada à criança a oportunidade de se integrar nas diferentes vivências.

Capítulo II - Estudo Empírico

1. Objeto de Estudo e sua Justificação

O presente estudo refere-se às dificuldades sentidas pelos professores quando trabalham com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas. Segundo Correia e Cabral (1999), “ (...) a escola é percecionada como um espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, onde cada criança possa encontrar resposta à sua individualidade, à sua diferença, pressupondo-se, assim, a maximização dos aspetos mais favoráveis do meio para o desenvolvimento total da sua personalidade.”

Após a revisão da literatura conseguimos perceber que o meio educativo e o meio social ainda não aceitam bem a diferença e a integração dessas crianças. Assim podemos constatar que existem ainda alguns problemas/ dificuldades no trabalho dos professores com este tipo de alunos, quer ao nível dos recursos humanos como dos recursos materiais. A partir deste e após alguma reflexão, começaram a surgir algumas questões: Quais as dificuldades sentidas pelos professores ao nível da organização da escola? Quais as dificuldades sentidas pelos professores ao nível da organização curricular? Quais as dificuldades sentidas pelos professores ao nível dos recursos/ apoios humanos e materiais?

Além de todos os motivos mencionados anteriormente é de referir o interesse pessoal em realizar este estudo, pois a turma onde estagiei, este ano letivo, tinha uma menina com Necessidades Educativas Especiais o que me suscitou muita curiosidade e interesse no trabalho que todos os professores realizam com ela.

1.1. Objetivos do Estudo

Nesta parte do estudo vamos falar sobre o objetivo geral e os objetivos específicos que o constituem. Ambos estão interligados, já que o objetivo geral engloba os objetivos específicos onde falamos mais especificamente sobre o que pretendemos estudar ao longo deste estudo.

1.1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo é identificar as dificuldades sentidas pelos professores quando trabalham com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas.

1.1.2. Objetivos Específicos

Relativamente aos objetivos específicos estes são:

- Averiguar se as dificuldades sentidas pelos professores ao nível da organização da escola condicionam a sua prática educativa;
- Verificar se as dificuldades sentidas pelos professores ao nível da organização curricular condicionam a sua prática educativa;
- Verificar se as dificuldades sentidas pelos professores ao nível dos recursos/apoios humanos e materiais condicionam a sua prática educativa.

2. Metodologia

Segundo Neto (2005), na abordagem a uma investigação, não podemos fugir da metodologia, mas do seu exagero/rigor.

Sousa (2005), afirma ainda que não haverá métodos melhores entre si, mas sim métodos que melhor ou pior servem o estudo pretendido.

No decorrer desta parte do trabalho definiremos aspetos metodológicos.

O estudo em curso insere-se numa metodologia de estudo de caso de carácter qualitativo na medida em que é aquele que se adapta aos objetivos propostos.

“Um estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidenciados, no qual são utilizadas muitas fontes de dados.” (Yin, 1988)

Segundo Merriam (1988), as características do estudo de caso qualitativo são:

- **Particular** – porque se focaliza numa determinada situação, acontecimento, programa ou fenómeno;
- **Descritivo** – porque o produto final é uma descrição “rica” do fenómeno que está a ser estudado;
- **Heurístico** – porque conduz à compreensão do fenómeno que está a ser estudado;
- **Indutivo** – porque a maioria destes estudos tem como base o raciocínio indutivo;
- **Holístico** – porque tem em conta a realidade na sua globalidade.

Conforme Merriam (1988), o estudo de caso apresenta várias etapas ao longo da sua elaboração:

- O investigador deverá definir o problema de investigação (o qual poderá resultar da sua própria experiência ou de deduções a partir da teoria);
- Formula as questões de investigação acerca: dos processos (porque é que algo acontece e como) e da tentativa de compreensão dos acontecimentos (o que aconteceu, porquê e como);
- A escolha da(s) unidade(s) de análise ou caso(s);
- A revisão da literatura respeitante à área de estudo;
- A recolha de dados através de diferentes técnicas;
- A análise dos dados;
- Redação do relatório e disseminação dos resultados.

Resumidamente, este estudo desenvolveu-se segundo características particulares (foca uma determinada situação ou acontecimento), descritivas (onde o produto final é uma descrição “rica” do fenómeno a ser estudado), heurístico (conduz à compreensão do fenómeno a ser estudado) e por fim indutivo (tem por base o raciocínio indutivo).

Relativamente às etapas apresentadas anteriormente, este estudo passa por todas elas, quer seja de forma específica ou global.

2.1. Participantes no Estudo

Os participantes no estudo significam “um determinado número de sujeitos de uma população definida como representativos dessa população” (Borg & Gall, 1996: 240).

Na perspectiva de Ghighione & Matalon (1992), é muito raro estudar exaustivamente uma população, ou seja, a hipótese de questionarmos todos os seus membros não seria uma hipótese muito viável, pois seria de tal forma um estudo longo e dispendioso, que se torna praticamente impossível.

Inquirindo um número reduzido de pessoas na condição que estas tenham sido corretamente escolhidas, podemos obter as mesmas informações com uma certa margem de erro, ainda que menos significativo.

Neste estudo, a amostra é constituída por seis professoras, de entre os quais três pertencem ao ensino regular e três à Educação Especial.

Destas seis docentes, três pertencem à Escola Básica de Santiago Maior e três pertencem à Escola Básica Mário Beirão.

Caracterização das professoras titulares de turma:

- **Participante 1:** professora com 59 anos de idade, encontra-se no quadro de agrupamento, tem 37 anos de serviço e possui a licenciatura como o grau mais elevado adquirido;
- **Participante 2:** professora com 49 anos de idade, encontra-se no quadro de agrupamento, tem 27 anos de serviço e possui a licenciatura como o grau mais elevado adquirido;
- **Participante 3:** professora com 52 anos de idade, encontra-se no quadro de agrupamento, tem 28 anos de serviço e possui a licenciatura como o grau mais elevado adquirido.

Caracterização das professoras de Educação Especial:

- **Participante 4:** professora com 54 anos de idade, encontra-se no quadro de agrupamento, tem 30 anos de serviço e possui a pós-graduação como grau mais elevado adquirido;
- **Participante 5:** professora com 50 anos de idade, encontra-se no quadro de agrupamento, tem 28 anos de serviço e possui a pós-graduação como grau mais elevado adquirido.
- **Participante 6:** professora com 51 anos de idade, encontra-se no quadro de agrupamento, tem 29 anos de serviço e possui a pós-graduação como grau mais elevado adquirido.

Nesses estabelecimentos de ensino propus às docentes a realização de uma entrevista como forma de identificar as dificuldades e limitações sentidas quando trabalham com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas.

2.2. Instrumentos de Recolha de Dados

A palavra entrevista deriva do francês ENTREVUE, “ato de ver um ao outro, breve visita”, do latim INTER, “entre”, + VEDERE, “ver”.

Nas entrevistas contrariamente aos inquéritos por questionário, há um contato direto entre o investigador e os interlocutores. Esta troca permite o interlocutor do investigador exprimir as suas ideias, enquanto que o investigador, através das suas perguntas, facilita essa expressão e não deixá-la fugir dos objetivos de investigação, cabendo também ao investigador trazer elementos de análise tão fecundos quanto possível.

Na elaboração da entrevista existiu o cuidado de começar por fazer uma breve introdução referindo o objetivo, a quem se dirige e o seu caráter de anonimato.

A entrevista está dividida em três partes. A primeira parte é relativa aos dados biográficos do entrevistado em questão. A segunda parte faz alusão às políticas educativas face aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. A terceira parte e

última diz respeito ao que levou estes docentes a exercerem esta profissão. A entrevista é realizada na forma de repostas abertas e fechadas.

2.3. Procedimentos para a Recolha e Análise dos Dados

Este procedimento é extremamente importante no estudo, visto que é nesta fase, que são evidenciadas e contestados os objetivos, mostrando-se deste modo, uma resposta para o problema em questão. Através da análise dos dados obtidos cheguei a conclusões de forma a clarificar a ambiguidade do problema que me propus estudar.

O estudo efetuado é um estudo de caso teórico empírico. O tipo de tratamento de análise estatística será multivariada, sendo os resultados apresentados através de gráficos e análises descritivas.

2.4. Tratamento dos Dados

No decorrer do estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas às professoras titulares de turma, assim como às professoras de Educação Especial, cujo seu conteúdo foi analisado e interpretado.

Segundo Berelson (1952), a análise de conteúdo é “como uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação.”

Na perspetiva de Moscovici (1968), “ (...) a análise de conteúdo tinha a finalidade de efetuar inferências com base numa lógica explicitada sobre mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.”

“A análise de conteúdo é uma técnica e não um método, utilizando o procedimento normal da investigação – a saber, o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido.” (Silva & Pinto, 2006).

2.5. Procedimentos

O presente estudo encontra-se dividido em várias fases. Na primeira fase realizou-se o levantamento de dados através de conversas informais com as professoras e a

pesquisa bibliográfica acerca da temática. Na fase seguinte procedeu-se à construção dos instrumentos de recolha de dados, neste caso o guião das entrevistas (Apêndice 1) e as respetivas entrevistas. Na terceira fase foi realizada a aplicação dos instrumentos de recolha de dados. Na quarta fase fez-se a análise de conteúdo das entrevistas, que foram transcritas e depois de feita uma primeira leitura foram agregadas em unidades de registo em diferentes categorias e subcategorias (Apêndice 3). Por último foi realizada a análise ao conteúdo dos registos e a análise dos resultados, assim como a triangulação dessas análises com as referências no enquadramento teórico e efetuaram-se as respetivas conclusões.

Capítulo III - Análise e Interpretação dos Dados

1. Análise dos dados

Este estudo tem como objetivos averiguar as dificuldades sentidas pelos professores: ao nível das políticas educativas e se estas condicionam a sua prática educativa, ao nível da organização da escola e se estas condicionam a sua prática educativa, ao nível da organização curricular e se estas condicionam a sua prática educativa e ao nível dos recursos/ apoios humanos e se estas condicionam a sua prática educativa.

1.1. Análise e Interpretação das Entrevistas

As seis entrevistas semiestruturadas aplicadas aos participantes deste estudo foram analisadas, tendo em conta o modelo de análise de conteúdo (Apêndice 3) e depois interpretadas comprovando os resultados ao enquadramento teórico.

1.1.1. Entrevistas semiestruturadas às professoras titulares de turma e às professoras de Educação Especial

A análise ao conteúdo das entrevistas semiestruturadas às participantes permitiu-nos reunir as suas respostas num grande domínio – A Inclusão. Após esta divisão ainda conseguimos dividir este domínio em vários subdomínios: dinâmicas de sala de aula, recursos materiais e humanos, cooperação entre as professoras titulares de turma e as professoras de Educação Especial e a formação que estes apresentam. Todos estes resultados vão dar resposta aos objetivos mencionados anteriormente neste estudo.

- **Dinâmica de sala de aula**

A maioria das participantes do referido estudo considera que os alunos com Necessidades Educativas Especiais devem ser incluídos nas diversas turmas com alunos ditos “normais”, como podemos ver na citação seguinte:

“Eu concordo que estejam na sala e têm esse direito ...” (Participante 1).

Mas quando se referem ao ensino no geral as coisas não funcionam da mesma forma “Às vezes os alunos com Necessidades Educativas Especiais acabam por distrair, destabilizar ... ” (Participante 2).

Defendem que deve existir um ensino diferenciado para esses alunos e não a sua inclusão nas turmas e nas aprendizagens realizadas ao longo do ano letivo.

Será que desta forma, podemos considerar que os alunos com Necessidades Educativas Especiais estão a ser incluídos da melhor forma nas nossas escolas?

Este assunto devia ser mais estudado e discutido pelos respetivos profissionais da educação, visto que a lei nos mostra que estes alunos tal como todos os outros têm direitos e deveres que devem ser respeitados e cumpridos por todos os que de alguma forma convivem com eles e os levam a realizar as mais diversas aprendizagens ao longo da sua vida.

Relativamente à autonomia que os professores de Educação Especial têm face à lei, como podemos constatar pela leitura do gráfico 1, todas as participantes pensam que estes têm a autonomia suficiente para tomarem decisões que consideram importantes no trabalho com os alunos que apresentam Necessidades Educativas Especiais.

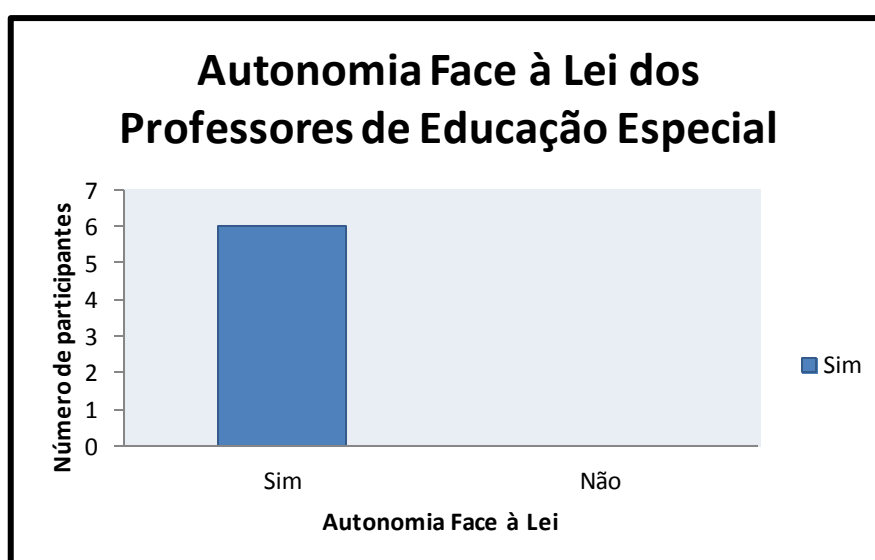


Gráfico 1: Autonomia face à lei dos professores de Educação Especial

De certa forma, podemos considerar este um aspeto positivo, visto que todas as aulas e os respetivos materiais podem ser adequados da melhor forma a estes alunos levando-os assim a sentirem-se cada vez mais motivados nas suas conquistas/ vitórias.

A distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais por sala é outro ponto crucial na dinâmica da sala de aula e nas aprendizagens de todos os alunos. Das seis participantes neste estudo apenas uma considera que a distribuição é realizada da melhor forma. A resposta desta docente foi bastante positiva, visto que no agrupamento onde se encontra a lecionar a distribuição destes alunos é feita segundo a lei, ou seja, no máximo dois alunos com Necessidades Educativas Especiais por sala. As restantes participantes pensam que a distribuição destes alunos por sala não é a mais correta, pois ter três a quatro alunos com Necessidades Educativas Especiais é bastante difícil.

“ (...) ter três ou cinco alunos com Necessidades Educativas Especiais, como muitas turmas têm, é uma carga muito pesada” (Participante 1).

As professoras de Educação Especial não conseguem dar resposta a todos os alunos ao mesmo tempo nas várias turmas.

No nosso país existem alguns docentes de Educação Especial que não se encontram a lecionar, então o porquê de existir esta falta nas escolas? A afirmação seguinte mostra-nos tal situação:

“ (...) os professores de Educação Especial que atendem estes alunos são poucos face ao número de alunos existentes com este tipo de necessidades” (Participante 5).

Ao longo das entrevistas e da respetiva análise de conteúdo, podemos verificar que existe “revolta” nestes docentes perante esta situação, pois deste modo o apoio a estes alunos tarda em chegar.

“ (...) é muito difícil o professora titular de turma e mesmo o professor de Educação Especial acompanhar todos estes alunos ” (Participante 5).

Para reforçar a questão anterior e saber mais sobre o facto de os alunos com Necessidades Educativas Especiais frequentarem as turmas de ensino regular, tentámos junto das participantes saber o tempo útil que estes devem permanecer dentro da sala de aula. Aqui as respostas foram variadas e de alguma forma contraditórias, o que leva a que a inclusão destes alunos nas turmas seja por vezes esquecida.

Uma das participantes defende que os alunos com Necessidades Educativas Especiais devem encontrar-se englobados na respetiva turma, mas apenas na parte da manhã, outra acrescenta que devem existir momentos e horas específicas. Perante estes factos, podemos concluir que estas docentes não estão a incluir de certa forma os seus alunos, porque isto não é a inclusão. Vimos o quanto a sociedade e a escola ainda excluem os seus alunos com Necessidades Educativas Especiais e o quanto somos egoístas perante uma sociedade em mudança. Os professores têm dificuldade em trabalhar com estes alunos, principalmente quando estes se encontram dentro da sala de aula. O facto de se realizar o trabalho pretendido com várias adaptações “dá muito trabalho”, logo é melhor coloca-los na respetivas salas de multideficiência.

As três professoras de Educação Especial presentes no estudo, têm uma visão diferente relativamente a esta situação. Consideram que o tempo que estes alunos deviam permanecer dentro da sala de aula depende da problemática que apresentam “Depende da problemática do aluno”. Além de ser complicado trabalhar com estes alunos é muito importante a inclusão destes nas atividades possíveis. Isto sim pode considerar-se uma grande dificuldade que tem que ser ultrapassada por todos em conjunto.

As regras impostas pelos docentes nas salas de aula é outra grande dificuldade com o qual se têm vindo a debater ao longo dos anos letivos e que podem melhorar a sua dinâmica. Quando nas turmas existem alunos com Necessidades Educativas Especiais as regras ainda são mais difícil de serem aplicadas e principalmente com esses alunos.

Todas as participantes no estudo estão de acordo quando dizem que é difícil impor regras aos alunos “È muito difícil, as regras são um tema diário” (Participante 1).

Consideram ainda que estas e o seu cumprimento depende muito do tipo de problemática que o aluno apresenta, pois existem alunos que além de possuírem uma deficiência aceitam bem qualquer tipo de regra, mas outros não e aí a imposição dos professores que por vezes têm que atuar de forma mais rígida “Depende muito da problemática dos alunos, agora existem meninos que aceitam perfeitamente o que lhes é pedido” (Participante 4).

- **Recursos**

Os recursos materiais e humanos são um dos elos essenciais no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. E se estes faltarem?! Este foi um dos objetivos que tentámos compreender e realmente comprovar, se os docentes sentem dificuldades na utilização e na escassez que estes materiais apresentam no seio escolar. Além de o decreto-lei nº 4, artigo 25º de 7 de janeiro de 2008 acrescentar que “As escolas ou agrupamento de escolas onde funcionem unidades de ensino estruturado devem ser apetrechadas com mobiliário e equipamentos essenciais às necessidades específicas ...”.

No decorrer das entrevistas com as seis participantes, podemos constatar tal situação, visto que a maioria das participantes concordam que quer os recursos materiais ou humanos, para acompanhar estes alunos, são cada vez menos nas escolas, como o comprova a leitura dos gráficos nº2 e 3 que nos diz que não existem recursos técnicos suficientes e que a distribuição dos existentes não responde às necessidades.



Gráfico 2: Recursos técnicos

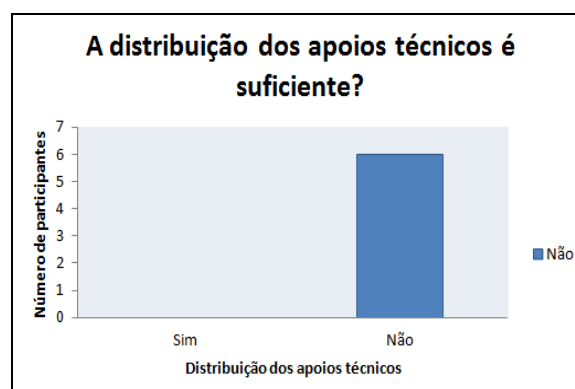


Gráfico 3: Apoios técnicos

A escassez de material adaptado para este tipo de alunos é cada vez maior e o número de professores de Educação Especial, terapeutas, psicólogos e assistentes sociais é cada vez menor como se comprova pelo exposto nos gráficos nº 4 e 5.

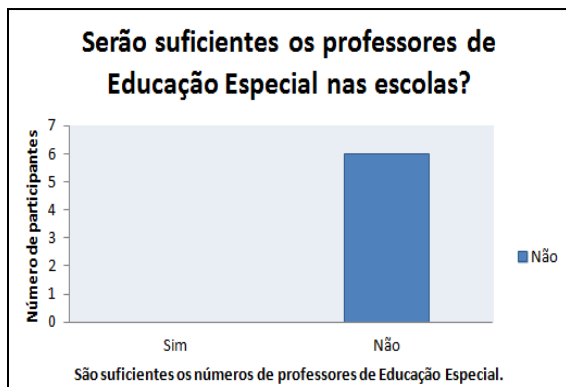


Gráfico 4: Professores de Educação Especial

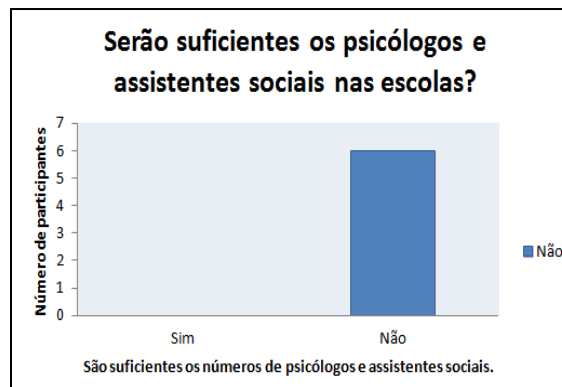


Gráfico 5: Psicólogos e assistentes sociais

Esta situação apenas difere nos recursos materiais existentes onde três participantes respondem que sim e outras três que não e nos materiais didáticos onde cinco participantes responderam que são suficientes e apenas uma que não são suficientes, como se pode constatar pela leitura do gráfico nº 6 e 7 e que se apresenta como uma realidade não muito positiva relativamente à sociedade em crescimento que queremos ser.

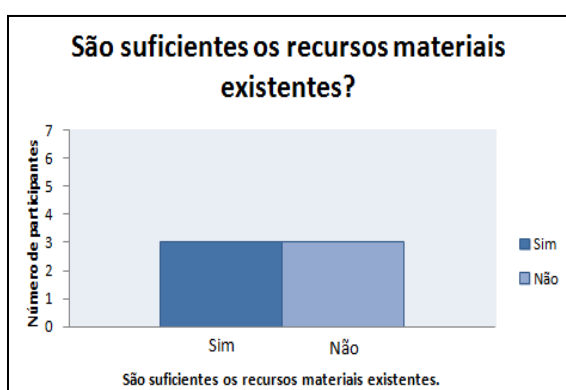


Gráfico 6: Recursos materiais

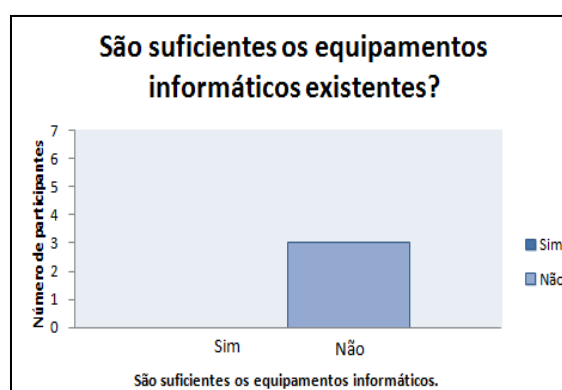


Gráfico 7: Equipamentos informáticos

- **Cooperação entre a professora titular de turma e a professora de Educação Especial**

A cooperação entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial é muito importante para o desenvolvimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Durante a pesquisa inicial para a elaboração do estudo foram muitas as vezes em que nos deparámos com algumas dificuldades a este nível, quer por falta de tempo ou mesmo por não existir diálogo entre os respetivos professores. Além de podermos acrescentar que os agrupamentos das escolas estão cada vez mais coordenados neste assunto.

Nas entrevistas realizadas às seis participantes, apenas duas, e curiosamente duas professoras de Educação Especial, responderam negativamente à questão colocada. Estas consideram que “... existe muita falta de tempo para as pessoas poderem coordena (...) não existe tempo para reunir” (Participante 4).

Estes alunos precisam de tempo, de organização e principalmente de profissionalismo dos docentes que se encontram ao seu lado durante longos anos da sua vida. Um professor, quer seja o titular de turma ou o de Educação Especial deve sempre um modelo a seguir para o seu aluno. Refletindo relativamente a este assunto e analisando as respostas dadas pelas outras participantes têm que existir “... reuniões e partilha de materiais.” É necessário “... o diálogo constante, a planificação das atividades ...” (Participante 3) e ainda “... discutimos o que pode ou não ser feito, para que exista uma parceria ...” (Participante 5). Isto sim é considerado um bom trabalho e um trabalho em equipa, onde todos trabalham e se esforçam para atingir o mesmo objetivo, a vitória destes alunos perante as dificuldades existentes.

Se existe na maioria dos agrupamentos esta parceria, como constatámos nas entrevistas, então o porquê de estas duas professoras de Educação Especial não concordarem com isso? Os agrupamentos e as pessoas neles inseridas têm que ter especial atenção a estes assuntos, porque às vezes pensamos que este trabalho está a ser desenvolvido mas na realidade e dentro das salas de aula não é bem assim. A

existência de uma equipa multidisciplinar é extremamente importante e deve ser realizada com todos os docentes e técnicos que acompanham o aluno.

Como refere o decreto-lei nº4, artigo 13º de 7 de janeiro de 2008 “O relatório é elaborado, conjuntamente pelo educador de infância, professor do 1º ciclo ou diretor de turma, pelo docente de Educação Especial, pelo psicólogo e pelos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno e aprovado pelo conselho pedagógico e pelo encarregado de educação.”

- **Formação dos professores de Educação Especial**

A formação contínua dos professores de Educação Especial é necessária e importante para o desenvolvimento de um trabalho rico e com qualidade. Na pesquisa realizada anteriormente neste estudo é reforçada a ideia de que o profissional de Educação Especial deve ter a perceção de todo o processo educacional da criança por quem é responsável, para poder direccionar o seu campo de ação apenas para as necessidades que o aluno apresenta e saber como deve proceder. Este docente deve estar em constante aprendizagem, visto que deve utilizar estratégias e métodos inovadores de ensino e fazer uma diferenciação pedagógica.

Nas entrevistas realizadas, as seis participantes consideram necessário que os professores de Educação Especial estejam em constante formação, além de terem plena consciência que todos os professores, quer sejam de Educação Especial ou não, têm que estar em constante atualização “É fundamental a atualização de qualquer professor, para que possa dar uma resposta mais eficaz aos diferentes desafios diários” e “Não só dos professores como dos professores que tiram a especialização.” Poderia assim existir por parte dos agrupamentos uma oferta complementar para os docentes, especialmente para os de Educação Especial.



Gráfico 8: Competências específicas

O gráfico elaborado anteriormente mostra que quando confrontadas com a pergunta “Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais?”, cinco das participantes responderam que sim e apenas uma das participantes disse que não. Comprova-se assim que os professores estão consciencializados que os professores de Educação Especial também têm que aprender a lidar com os vários tipos de alunos que vão encontrar para poderem dar as respostas mais adequadas às suas aprendizagens enquanto elementos integrados nas escolas.

2. Plano de Ação

O plano de ação pretende colmatar as necessidades detetadas, assim como esta proposta visa dar resposta aos objetivos mencionados anteriormente neste estudo.

2.1. Objetivos:

- Responder as dificuldades sentidas pelos professores ao nível:
 - da organização da escola;
 - da organização curricular;
 - dos recursos humanos e materiais.

2.2. Ações/ Estratégias:

As ações/ estratégias que passo a citar seguidamente são uma proposta para a superação das dificuldades apresentadas anteriormente no estudo e como estas podem ser melhoradas, e quiçá ultrapassadas na totalidade, pelos professores que apresentam nas suas turmas alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas.

- **Dinâmica de sala de aula**
 - Cooperação entre a professora do ensino regular e a professora de ensino especial na planificação semanal de atividades para ser possível a inclusão do aluno com Necessidades Educativas Especiais na dinâmica

da sala. Por exemplo, se numa determinada semana o conteúdo a trabalhar for a adição, é necessário realizar as devidas adaptações, quer a nível da planificação quer nas fichas de trabalho ou nos materiais que vai utilizar, pois nem todos os alunos aprendem ao mesmo ritmo e nem todos são iguais. Para que estas adaptações sejam feitas corretamente, todo o material deveria ser preparado em conjunto com a professora de Educação Especial;

- Cooperação entre os agentes educativos para a adaptação do discurso ao nível de compreensão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas para se construírem como modelo comunicacional e reforçarem a autoestima destes alunos.

- **Recursos**

- Inventariar o material didático existente no agrupamento e constituir um centro de recursos. Organização desse centro de recursos, para que os professores o pudessem requisitar atempadamente para a planificação das suas atividades;
- Interligação de áreas curriculares para a construção e exploração de instrumentos didáticos. Por exemplo a utilização de projetos na área das expressões para explorar conteúdos de língua materna, matemática ... dando assim a possibilidade de concretizar conceitos e estimular diferentes competências no grupo de alunos;
- Da impossibilidade de se exigir ao Ministério da Educação mais recursos humanos, regista-se a necessidade encontrada de mais professores, técnicos e agentes educativos.

- **Cooperação entre a professora titular de turma e a professora de Educação Especial**
 - Agendamento semanal no horário dos professores e técnicos de apoio, de reuniões de trabalho colaborativo para planificação, avaliação e (re)planificação do acompanhamento aos alunos.

- **Formação dos professores de Educação Especial**
 - Formação concertada com as necessidades efetivas do agrupamento, ultrapassando o modelo de formação “avulso”, desajustadas e inadequadas, principalmente no que respeita às auxiliares de ação educativa, pelo que se sugere protocolos de formação entre o agrupamento e os Centros de Formação e também entre o agrupamento e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Considerações Finais

Com o fim deste trabalho surge o momento de refletir e tirar as respectivas conclusões, tendo sempre presente as questões que orientam o respetivo estudo, e os objetivos que nos propusemos alcançar e que serviram de condutor para todo o desenvolvimento do mesmo.

A nossa opção organizacional para apresentar as conclusões baseia-se na sistematização dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas, tendo como base os objetivos que nortearam este trabalho.

Principal objetivo deste estudo:

- Identificar as dificuldades sentidas pelos professores quando trabalham com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas.

A partir do objetivo referido anteriormente definiram-se as seguintes questões:

- Quais as dificuldades sentidas pelos professores ao nível da organização da escola?
- Quais as dificuldades sentidas pelos professores ao nível da organização curricular?
- Quais as dificuldades sentidas pelos professores ao nível dos recursos humanos e materiais?

Como forma de alcançar o objetivo e responder às questões, foram realizadas seis entrevistas a professoras, três de ensino regular e três de Educação Especial, onde através de uma análise pormenorizada foi possível chegar a conclusões que este estudo implica.

As conclusões retiradas foram que realmente existem ainda algumas dificuldades a nível de vários assuntos referenciados nas escolas. O ensino deve ser diferenciado para atender aos alunos que apresentam Necessidades Educativas Especiais, mas o trabalho

com estes alunos nas salas de aulas é bastante complicado, a distribuição destes alunos pelas turmas não é realizado da melhor forma, é excessiva. Os professores de Educação Especial não conseguem dar resposta ao número de alunos existentes, visto que os profissionais de educação que acompanham estes alunos são cada vez em menor número.

Relativamente aos recursos materiais e humanos, podemos concluir que as dificuldades existem mais ao nível dos recursos informáticos e humanos, uma vez que os materiais didáticos vão existindo mesmo que em pouco número.

Nos dois agrupamentos estudados pudemos verificar a existência de uma equipa multidisciplinar que trabalha em parceria com todos os docentes que dela fazem parte e que vão acompanhar o aluno durante o seu percurso escolar. Na formação dos professores de Educação Especial as respostas indicaram que esta é importante e extremamente necessária, estes devem estar sempre em constante aprendizagem.

Com este estudo de caso, esperamos ter contribuído para uma maior e melhor compreensão das dificuldades que os professores enfrentam nas escolas quando confrontados com alunos que têm Necessidades Educativas Especiais.

Ao longo da nossa vida, existem situações que não acontecem da forma que esperamos e este trabalho não foi alheio a esta situação, havendo limitações que afetaram a sua execução.

Deste modo uma das dificuldades sentidas por parte da investigadora prendeu-se com o facto de uma das professoras de Educação Especial, devido ao excesso de trabalho, demorar algum tempo a conceder a entrevista semiestruturada. A incompatibilidade de horário e indisponibilidade foi um grande entrave na sua execução.

No entanto estas limitações não constituíram impedimento para encontrar os resultados do estudo efetuado e as conclusões que se retiraram da análise dos mesmos.

Sendo os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas um elo fulcral nas escolas é importante averiguar as dificuldades que os professores sentem ao trabalhar com elas, para que se possam melhorar as coisas neste sentido, logo é importante continuar a investigar nesta área.

Em estudos futuros sobre as dificuldades sentidas pelos professores quando trabalham com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas deveria envolver outros níveis de escolaridade e outros agrupamentos.

Outro estudo pertinente de se realizar seria um estudo exploratório para averiguar a perspetiva dos docentes face às diversas áreas de conteúdo com que estes alunos trabalham.

Também seria interessante estudar a perspetiva dos docentes sobre a nova sistematização das tarefas preconizada pelo novo programa e como os professores iriam trabalhar com estes alunos. Este estudo seria aliciante de concretizar por haver uma grande disparidade na opinião dos docentes, pois nem todos partilham da mesma opinião.

Referências Bibliográficas

- Ainscow, M. (1997). *“Educação para todos: Torná-la uma realidade”*. In M. Ainscow, G. Porter & M. Wang. *Caminhos para as Escolas Inclusivas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Ainscow, M. (2000). *“O processo de desenvolvimento de práticas mais inclusivas em sala de aula”*. Cardiff.
- Almeida, M.S.R. (2005). *“Caminhos para a inclusão humana”*. Porto: Edições Asa.
- Armstrong, F.; Rodrigues, D. (2014). *“A Inclusão nas Escolas”*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bairrão, J.; Pinto, I.M; et al (1985). *“Uma experiência psicopedagógica no ensino primário. Cadernos de consulta pedagógica”*, 1,103 – 110.
- Baptista, R. (1993). *“Necessidades Educativas Especiais”*. Lisboa: Dinalivro.
- Barreto, R.G.; Leher, R. (2003). *“Trabalho docente e as reformas neoliberais”*. In: Oliveira, D.A. *“Reformas educacionais na América Latina e os trabalhos docentes”*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bogdan, R.; Biklen, S. (1994). *“Investigação Qualitativa em Educação”*. Porto: Porto Editora.
- Brennam, W.K. (1990). *“El Currículo para Niños com Necesidades Especiales”*. Madrid: Siglo XXI.
- Carmo, H.; Ferreira, M. (1998). *“Metodologia da Investigação: Guia para a Auto-aprendizagem”*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Conselho Nacional de Educação (1999). Parecer nº1/99: Crianças e alunos com necessidades educativas especiais. In Conselho Nacional de Educação (Ed.),

“Uma educação inclusiva a partir da escola que temos”. Lisboa: Ministério da Educação.

Correia, L.M.; Cabral, M.C.M. (1999). *“Uma nova política em educação”* Em L.M. Correia (Ed.) *“Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares”*. Porto: Porto Editora.

Correia, L.M. (2001). *“Educação Inclusiva ou Educação Apropriada?”* in: David Rodrigues (Org.) *“Educação e Diferença: valores e práticas para uma Educação Inclusiva”*. Porto: Porto Editora.

Costa, A. M.B; Leitão, F.R.; Morgado, J.; Pinto, J.V. (2006). *“Promoção da Educação Inclusiva em Portugal”*. Lisboa.

Decreto – Lei nº4 de 7 de agosto de agosto de 2008.

Flick, U. (2005). *“Métodos Qualitativos na Investigação Científica”*. Lisboa: Monitor.

Ghiglione, R.; Matalon, B. (2001). *“O Inquérito. Teoria e Prática”*. Oeiras: Celta.

Glaser, B.; Strauss, A. (1967). *“The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research”*. New York: Aldine.

Grácio, Rui (1973). *“Os professores e a reforma do ensino”*. Lisboa: Livros Horizonte.

Hill, M.; Hilla, A. (2009). *“Investigação por Questionário”*. Lisboa: Sílabo.

Marques, Ramiro (2001). *“Educar com os pais”*. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Nielsen, B. Lee (1999). *“Necessidades educativas especiais na sala de aula. Um guia para professores”*. 3ª Coleção Ed. Esp. Porto: Porto Editora.

Patton, M. (1990). *“Qualitative Evaluation and Research Methods”*. Londres: Sage.

- Rodrigues, D. (2001). *"A Educação e a Diferença"*, in David Rodrigues (Org.) *"Educação e Diferença: valores e práticas para uma Educação Inclusiva"*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2003). *"Educação Inclusiva: as boas e as más notícias"*, in: David Rodrigues (Org.) *"Perspetivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade"*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2006). *"Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva"*. S.Paulo: Summus Editorial.
- Roldão, M.C. (2003). *"Diferenciação Curricular e Inclusão"*, in: David Rodrigues (Org.) *"Perspetivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade"*. Porto: Porto Editora.
- Stoer, S.; Magalhães, A; Rodrigues, D. (2004). *"Os lugares da Exclusão Social"*. S. Paulo: Cortez Editores.
- UNESCO (1994). *"Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais"*. Instituto de Inovação Educacional (tradução da 1ª edição, UNESCO), Lisboa.
- Unesco (2003). *"Superar a exclusão através de abordagens inclusivas na educação. Um desafio & uma visão conceptual"*. França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- Warnock, Report (1978). *"Special Educational Needs"*. London: Her Majesty's Stationery Office.

Apêndices

Apêndice 1 – Guião da entrevista semiestruturada às professoras titulares de turma e às professoras de Educação Especial

Blocos	Objetivos Específicos	Tópicos	Formulário da Perguntas
Bloco I <ul style="list-style-type: none"> • Legitimação da entrevista e estimulação do entrevistado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Autenticar a entrevista; • Estimular o entrevistado. 		<ul style="list-style-type: none"> • Inteirar o entrevistado acerca da temática e dos objetivos do trabalho de investigação; • Frisar a importância da sua intervenção para a realização do trabalho; • Criar um ambiente de tranquilidade e promover a troca de informação; • Garantir a confidencialidade das informações; • Informar o entrevistado que terá acesso ao registo da entrevista.
Bloco II <ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação do entrevistado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher dados de identificação do entrevistado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo; • Idade; • Situação Profissional; • Tempo de serviço; 	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a sua idade? • Qual a sua situação profissional? • Qual o seu tempo de serviço? • Qual a sua habilitação académica/ literária?

		<ul style="list-style-type: none"> • Habilitação acadêmica/literária. 	
Bloco III <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Educativas face aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Averiguar como se aplica a legislação sobre Necessidades Educativas Especiais na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel das políticas educativas nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais? Clarifique a sua resposta. • Pensa que as escolas têm autonomia para aplicar a legislação? • Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? • Considera existirem recursos técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? • Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com Necessidades Educativas Especiais? • Face às condições existentes, sente-se motivado para

			<p>desempenhar as suas funções?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?
<p>Bloco IV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão dos alunos nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a forma como a escola inclui os alunos com Necessidades Educativas Especiais; • Conhecer a importância da coordenação entre o professor titular e o professor de Educação Especial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da escola para a inclusão; • Coordenação entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em termos organizativos, considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar? Porquê? • Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? • Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê? • Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? • No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula?

	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o trabalho realizado com os alunos com Necessidades Educativas Especiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização Curricular; • Adequação do currículo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os fatores que considera importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de ensino especial? Na sua prática quais os existentes? • Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? • No seu entender, como deve ser delineado o currículo de turma, quando nessa existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? • No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? • Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?
<p>Bloco V</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os recursos humanos existentes nas 	<p><u>Recursos Humanos:</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?

	<p>escolas para o apoio especializado aos alunos com Necessidades Educativas Especiais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os recursos materiais e tecnológicos existentes nas escolas; • Conhecer os materiais didáticos disponíveis; • Conhecer as adequações do ambiente físico aos alunos com Necessidades Educativas Especiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores de Educação Especial; <p><u>Recursos Materiais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnológicos; • Didáticos; • Ambiente físico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas? • Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas? • Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor? • Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor? • Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor? • Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? • Em que espaço físico se movem habitualmente os alunos com Necessidades Educativas Especiais
--	---	--	---

	Severas.		Severas?
Bloco VI <ul style="list-style-type: none"> • Condicionantes ao papel do professor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer aspetos motivantes para o atendimento ao aluno com Necessidades Educativas Especiais; • Conhecer a atitude que demonstra perante os alunos; • Conhecer as condições de trabalho dos professores de Educação Especial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aspetos relativos à motivação dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? • Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? • Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar? • Como consegue impor regras, e fazê-las cumprir, aos seus alunos? • Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social? • Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

<p>Bloco IX</p> <ul style="list-style-type: none"> Finalização e agradecimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Finalizar a entrevista agradecendo a participação do entrevistado. 		<ul style="list-style-type: none"> Pretende acrescentar alguma coisa ao que já foi dito? Agradecemos a sua colaboração nesta entrevista.
--	--	--	--

Apêndice 2 - Entrevista realizada às professoras titulares de turma e às professoras de Educação Especial

Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação de Beja

Investigação e Avaliação Educativa

Entrevista

Esta entrevista destina-se a recolher dados sobre os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas: Dificuldades Sentidas pelos professores.

A confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos estão salvaguardados.

A presente entrevista é constituída por perguntas de resposta fechada e aberta, pelo que agradecemos que responda a todas elas.

Parte I – Dados Biográficos

1. Sexo

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

2. Idade _____ anos

3. Situação Profissional

- ☐ Quadro de Agrupamento
- ☐ Quadro da Escola
- ☐ Quadro de Nomeação Definitiva
- ☐ Quadro de Zona Pedagógica
- ☐ Contratado

4. Tempo de Serviço _____ ano(s)

5. Habilitação Académica/ Literária (grau mais elevado adquirido)

- ☐ Licenciatura
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

**Parte II – Políticas Educativas face aos alunos com Necessidades Educativas
Especiais**

6. No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Clarifique a sua resposta.

7. Pensa que as escolas têm autonomia para aplicar a legislação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões que consideram importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais?

- ☐ Sim

☐ Não

9. Considera existirem recursos técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais?

☐ Sim

☐ Não

10. Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho, contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com Necessidades Educativas Especiais?

☐ Sim

☐ Não

11. Face às condições existentes, sente-se motivado para desempenhar as suas funções?

☐ Sim

☐ Não

12. Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?

☐ Sim

☐ Não

Inclusão dos alunos nas escolas

13. Em termos organizativos, considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

14. Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas?

15. Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Porquê?

16. Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para cada aluno com Necessidades Educativas Especiais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

17. No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula?

18. Quais os fatores que considera importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de ensino especial? Na sua prática quais os existentes?

19. Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

20. No seu entender, como deve ser delineado o currículo de turma, quando nessa existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

21. No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

22. Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Recursos

23. Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24. Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

25. Considera suficiente, os outros recursos humanos nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

26. Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?

- ☐ Sim

☐ Não

27. Considera suficientes, os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?

☐ Sim

☐ Não

28. Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?

☐ Sim

☐ Não

29. Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

☐ Sim

☐ Não

Condicionantes ao papel do professor

30. Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

☐ Sim

☐ Não

Porquê?

31. Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

☐ Sim

☐ Não

32. Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutra espaço escolar?

☐ Sim

☐ Não

33. Como consegue impor regras e fazê-las cumprir, aos seus alunos?

34. Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?

☐ Sim

☐ Não

35. Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?

Parte III

36. De acordo com o grau de importância (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª) diga qual destes campos considera mais importantes para o exercício das suas funções.

- ✓ Políticas educativas face aos alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- ✓ Inclusão dos alunos nas escolas;

- ✓ Recursos Humanos;
- ✓ Recursos Materiais;
- ✓ Condicionantes ao papel do professor.

37. Indique as principais razões que o(a) levaram a escolher a Educação Especial para desempenhar as suas funções de docente?

Obrigado pela sua colaboração.

Apêndice 3 – Análise de conteúdo das entrevistas às professoras titulares de turma e às professoras de Educação Especial

Tópicos	Unidades de Registo					
	Participante 1	Participante 2	Participante 3	Participante 4	Participante 5	Participante 6
Papel das políticas educativas nas escolas	<p>No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>Clarifique a sua resposta.</p> <p>“Sim. Porque acho que estes miúdos ganham muito em trabalharem com alunos ditos “normais”. Se eles</p>	<p>No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>Clarifique a sua resposta.</p> <p>“Não. Tudo o que está escrito é para que os alunos sejam atendidos de uma forma espetacular, só que</p>	<p>No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>Clarifique a sua resposta.</p> <p>“Sim. Permite que alunos com Necessidades Educativas Especiais façam o seu percurso</p>	<p>No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>Clarifique a sua resposta.</p> <p>“Não. Existem muitos alunos com Necessidades Educativas Especiais e os agrupamentos têm</p>	<p>No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>Clarifique a sua resposta.</p> <p>“Não. Digo que não, porque considero que os professores de Educação Especial que atendem estes</p>	<p>No seu entender a legislação em vigor permite atender adequadamente os alunos com Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>Clarifique a sua resposta.</p> <p>“Sim. Deixa que os alunos com Necessidades Educativas Especiais possam integrar-se e fazer o</p>

	<p>tiverem só no meio onde todos são iguais não aprendem tento com a diferença. Eu acho que tanto os ditos “normais” aprendem com os outros como os outros aprendem com os ditos “normais”. Quando precisam de ajuda eles ajudam, existem sempre muitos pontos de referência, logo existem sempre ganhos.”</p> <p>Pensa que as</p>	<p>isso na realidade não tem nada a ver com o que está escrito.”</p> <p>Pensa que as</p>	<p>escolar no ensino regular com os outros alunos, podendo usufruir se um ambiente pedagógico de partilha de outras experiências, no entanto, as escolas necessitam de mais recursos materiais e humanos para poder dar uma resposta mais eficaz a estes casos.”</p> <p>Pensa que as</p>	<p>pouco pessoal docente disponível para poder responder a essas necessidades.”</p> <p>Pensa que as</p>	<p>alunos são poucos face ao número de alunos existentes com este tipo de necessidades.”</p> <p>Pensa que as</p>	<p>percurso escolar normal acompanhando os outros alunos, além de nas escolas ainda existir alguma dificuldade em ter os recursos necessários para que isso aconteça.”</p> <p>Pensa que as</p>
--	--	--	--	---	--	--

	escolas têm autonomia para aplicar a legislação? "Sim."	escolas têm autonomia para aplicar a legislação? "Sim."	escolas têm autonomia para aplicar a legislação? "Sim."	escolas têm autonomia para aplicar a legislação? "Não."	escolas têm autonomia para aplicar a legislação? "Sim."	escolas têm autonomia para aplicar a legislação? "Sim."
	Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? "Sim."	Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? "Sim."	Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? "Sim."	Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? "Sim."	Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? "Sim."	Considera que os professores de Educação Especial têm autonomia face à lei para tomarem decisões importantes para os alunos com Necessidades Educativas Especiais? "Sim."
	Considera existirem recursos	Considera existirem recursos	Considera existirem recursos	Considera	Considera existirem recursos	Considera existirem recursos

	técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”	técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”	técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”	existirem recursos técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”	técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”	técnicos suficientes para o atendimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”
	Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com	Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com	Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com	Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com	Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com	Pensa que desempenha demasiado trabalho burocrático, e que esse trabalho contribui para um apoio com menos qualidade/ quantidade aos alunos com

	<p>Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>"Sim."</p> <p>Face às condições existentes, sente-se motivada para desempenhar as suas funções?</p> <p>"Sim."</p> <p>Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?</p> <p>"Sim."</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>"Não."</p> <p>Face às condições existentes, sente-se motivada para desempenhar as suas funções?</p> <p>"Sim."</p> <p>Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?</p> <p>"Sim."</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>"Não."</p> <p>Face às condições existentes, sente-se motivada para desempenhar as suas funções?</p> <p>"Sim."</p> <p>Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?</p> <p>"Não."</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>"Sim."</p> <p>Face às condições existentes, sente-se motivada para desempenhar as suas funções?</p> <p>"Sim."</p> <p>Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?</p> <p>"Não."</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>"Sim."</p> <p>Face às condições existentes, sente-se motivada para desempenhar as suas funções?</p> <p>"Sim."</p> <p>Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?</p> <p>"Sim."</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais?</p> <p>"Sim."</p> <p>Face às condições existentes, sente-se motivada para desempenhar as suas funções?</p> <p>"Sim."</p> <p>Considera que os professores de Educação Especial têm condições de remuneração satisfatórias?</p> <p>"Sim."</p>
Organização da escola para a	Em termos organizativos,	Em termos organizativos,	Em termos organizativos,	Em termos organizativos,	Em termos organizativos,	Em termos organizativos,

inclusão	<p>considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?</p> <p>Porquê?</p> <p>“Sim. No meu caso a avaliação é feita por várias pessoas. É importante existirem reuniões ao longo do período para se fazer o ponto da situação, para todos concluirmos se vimos as mesmas necessidades, se</p>	<p>considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?</p> <p>Porquê?</p> <p>“Sim. Todas as pessoas implicadas no processo, no ensino – aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Aliás é sempre feita desta forma.”</p>	<p>considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?</p> <p>Porquê?</p> <p>“Sim. Se existe uma equipa multidisciplinar que trabalha com o aluno, composta por técnicos de várias áreas, também a sua avaliação deverá ser realizada por todos os intervenientes.”</p>	<p>considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?</p> <p>Porquê?</p> <p>“Sim. Porque existem várias áreas que o professor não consegue avaliar. Nós tratamos da parte pedagógica, mas na parte clínica são necessários outros técnicos. Portanto é sempre necessário existir</p>	<p>considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?</p> <p>Porquê?</p> <p>“Sim. Porque os professores de Educação Especial, estão preparados para perceber as necessidades que estes alunos possam ter e que não são detetadas pelo professor titular de turma.”</p>	<p>considera importante que a avaliação do aluno com Necessidades Educativas Especiais, seja feita por uma equipa multidisciplinar?</p> <p>Porquê?</p> <p>“Sim. A junção de uma equipa multidisciplinar é muito importante, visto que todos os professores em conjunto conseguem de uma forma mais fácil delinear estratégias para o trabalho e evolução do</p>
----------	---	---	--	--	--	---

	não vimos, porque é que não vimos, é sempre bom refletir. Existe sempre um feedback entre todos os intervenientes e uma continuidade com a professora de Educação Especial sobre o que se realiza na sala de aula.”			uma esquipa multidisciplinar.”		respetivo aluno existindo uma continuação do que é realizado em contexto sala de aula.”
Coordenação entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial	Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? “O professor titular	Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? “Já tive várias	Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? “Se pensarmos	Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? “Primeiro que tudo	Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? “Deveriam existir	Como considera que se devia processar a inclusão dos alunos com problemática severa nas escolas? “Os alunos com

	<p>não pode estar sozinho com esses alunos. Eu concordo que esteja na sala e têm esse direito, mas os outros também têm direito de estar sossegados a aprender. E aí não é só pôr um menino na sala, aí o professor tem que ter um grande acompanhamento de vários técnicos. Tem que existir uma parte clínica e o professor nunca pode estar sozinho, porque depois tem</p>	<p>ideias. Estes miúdos deviam pertencer às turmas “sim” e haver um sistema de ensino diferente, porque enquanto os outros miúdos aprendem rápido, estes miúdos têm que ouvir, têm que ter atividades específicas que os faça desenvolver a oralidade e as questões da matemática e do estudo do meio. Mas deveria haver uma certa separação em algumas áreas que</p>	<p>apenas nos alunos com problemáticas graves/ muito graves, julgo que a melhor estratégia será o aluno frequentar a Unidade de Apoio Especializado à Multideficiência onde pode beneficiar das diversas terapias, de acordo com o seu currículo específico individual mas integrar a turma, participar nas atividades com os colegas de turma,</p>	<p>as escolas deviam ter condições para poder responder adequadamente. Neste momento a política educativa está centrada em números, não atende Às realidades efetivas.”</p>	<p>mas professores de Educação Especial para responder às Necessidades Educativas Especiais destes alunos. A professora titular de turma não o consegue sozinha, pois além de ter aqueles alunos ainda têm os considerados “normais”. Estes alunos precisam de conviver com os colegas de turma mas sempre apoiados por um professor que</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais devem ser incluídos em todas as atividades realizadas pela sua turma, desde que consiga realizar as mesmas de forma adaptada. Os alunos também devem conviver com os colegas e crescer com eles nos momentos do recreio.”</p>
--	--	---	---	---	--	--

	<p>mais vinte alunos que também têm direitos.”</p>	<p>são específicas para os alunos com Necessidades Educativas Especiais. Nós temos que separar uns e separar outros. Às vezes os alunos com Necessidades Educativas Especiais acabam por distrair, destabilizar, porque requerem outro tipo de atenção. Deveria existir uma parte da manhã onde eu poderia trabalhar com o grupo dito</p>	<p>sempre que possível e a restante turma também, participar em atividades na Unidade ou proporcionadas pelos técnicos da mesma. Proporcionar ao aluno, também, momentos de confraternização nos recreios, visitas de estudo, festas,...</p>		<p>atenda as suas necessidades.”</p>	
--	--	---	--	--	--------------------------------------	--

		<p>“regular” e depois existir outro momento com o grupo todo, porque eles aprendem muito em grupo.”</p>				
	<p>Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê?</p> <p>“Não. Porque ter três ou cinco alunos com Necessidades Educativas Especiais, como muitas turmas têm é uma carga muito</p>	<p>Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê?</p> <p>“Sim. Aqui temos um aluno por sala, mas depende dos sítios. Há escolas onde existem três a quatro alunos por sala. Temos que</p>	<p>Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê?</p> <p>“Não. A distribuição deveria ter em atenção o tipo de problemática e dever-se-ia cumprir a legislação (no máximo dois alunos</p>	<p>Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê?</p> <p>“Não. Inicialmente tentasse que a legislação seja cumprida, o número de alunos face ao número de alunos com</p>	<p>Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê?</p> <p>“Não. Porque existem, em algumas turmas, muitos alunos com Necessidades Educativas Especiais por turma</p>	<p>Considera que a distribuição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, por sala, é correta? Porquê?</p> <p>“Não. Ainda existem muitas turmas onde o máximo de alunos com Necessidades Educativas Especiais é</p>

	<p>pesada e isso normalmente acontece. E não estou a referir-me aos alunos que ainda não se encontram sinalizados.”</p>	<p>saber que nível de deficiência é que o aluno apresenta, se for um aluno com Necessidades Educativas Especiais Severas, um por sala, se for a nível da aprendizagem é diferente.”</p>	<p>com Necessidades Educativas Especiais por sala), o que não acontece em muitas turmas.”</p>	<p>Necessidades Educativas Especiais. Mas há medida que os alunos vão aparecendo, isto não consegue de forma alguma ser cumprido. Temos aqui turmas que têm vinte alunos e cinco desses alunos tem Necessidades Educativas Especiais.”</p>	<p>e não apenas o número que deveria existir, que é no máximo dois alunos por turma. Ao constatar-se este facto é muito difícil o professor titular de turma e mesmo o professor de Educação Especial acompanhar todos estes alunos.”</p>	<p>excedido, o que leva a que o trabalho com essa determinada turma e aluno não consiga ser realizado de melhor forma.”</p>
	<p>Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para</p>	<p>Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para</p>	<p>Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para</p>	<p>Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para</p>	<p>Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para</p>	<p>Pensa que a distribuição temporal dos apoios técnicos é suficiente para</p>

	<p>cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”</p> <p>No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula? “Apenas na parte da manhã. Os meus alunos têm as terapias na parte da manhã, logo de tarde já não têm concentração</p>	<p>cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”</p> <p>No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula? “Deveriam existir momentos específicos para eles estarem na sala e interagir com os outros, porque isso é muito</p>	<p>cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”</p> <p>No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula? “Depende do tipo de atividade que a turma está a desenvolver.”</p>	<p>cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”</p> <p>No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula? “Depende muito da problemática do aluno. Existem alunos com problemáticas graves e complicadas que</p>	<p>cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”</p> <p>No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula? “Primeiro tem que se ver qual a problemática que o aluno apresenta, pois existem alunos que não perturbam a turma e os</p>	<p>cada aluno com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”</p> <p>No seu entender, qual o tempo útil que os alunos com Necessidades Educativas Especiais deviam permanecer dentro da sala de aula? “O tempo útil provém das atividades que a turma se encontra a desenvolver e que o aluno com Necessidades</p>
--	--	---	--	--	--	--

	absolutamente nenhuma para trabalhar.”	importante. Nós acabamos por criar certas e determinadas estratégias para que o aluno com Necessidades Educativas Especiais se sinta bem e o outro esteja a ser trabalhado. Os alunos com Necessidades Educativas Especiais precisam de um professor só para eles.”		conseguem acompanhar a turma, outros que não, portanto depende da problemática do aluno.”	colegas e até acompanham o que está a ser feito, outros precisam de um acompanhamento mais individualizado e perturbam completamente a turma quando se encontram nesta.”	Educativas Especiais consegue desenvolver ou não.”
	Quais os fatores que considera	Quais os fatores que considera	Quais os fatores que considera	Quais os fatores que considera	Quais os fatores que considera	Quais os fatores que considera

	<p>importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial? Na sua prática quais as existentes?</p> <p>“Fazemos reuniões e a partilha de materiais. A avaliação desses alunos é sempre feita em parceria. Existe a continuação do trabalho feito em aula.”</p>	<p>importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial? Na sua prática quais as existentes?</p> <p>“Fazemos reuniões e a partilha de materiais. A avaliação desses alunos é sempre feita em parceria.”</p>	<p>importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial? Na sua prática quais as existentes?</p> <p>“Os que acho importantes são os que coloco em prática: o diálogo constante, a planificação das atividades, a avaliação do aluno e das estratégias utilizadas.”</p>	<p>importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial? Na sua prática quais as existentes?</p> <p>“Existe muita falta de tempo para as pessoas poderem coordenar, isso é um dos fatores que nos leva a não termos tempo para conjugar as coisas. O que falamos é aqui dentro da sala, porque não existe</p>	<p>importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial? Na sua prática quais as existentes?</p> <p>“Os fatores que considero importantes são os que colocamos em prática neste agrupamento, além do pouco tempo existente. Temos reuniões com todos os professores que acompanham</p>	<p>importantes para a promoção da coordenação, entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial? Na sua prática quais as existentes?</p> <p>Deve existir sempre a coordenação entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial, existindo o diálogo e a planificação das atividades a desenvolver ao longo de todo o</p>
--	--	--	---	--	---	--

				tempo para reunir. Mas deve existir trabalho de equipa, um deve ser a continuação do outro, para ter ideais de como se trabalha, se essa atividade resultou.”	aquele aluno e discutimos o que pode ou não ser feito para que exista uma parceria ao longo de todo o trabalho.”	período letivo.
Organização Curricular	Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Pensa que o currículo geral contempla objetivos adequados a alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”
Adequação do Currículo	No seu entender, como deve ser	No seu entender, como deve ser	No seu entender, como deve ser	No seu entender, como deve ser	No seu entender, como deve ser	No seu entender, como deve ser

	<p>delineado o currículo de turma, quando nessa, existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Consoante as dificuldades dos alunos assim deve ser delineado o currículo de turma.”</p>	<p>delineado o currículo de turma, quando nessa, existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Nós fazemos as planificações para o geral, para o global dos alunos, a nível de ano. Para os alunos com Necessidades Educativas Especiais nós temos conhecimento dos casos que vamos ter na turma e é feita a passagem dos casos e depois</p>	<p>delineado o currículo de turma, quando nessa, existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>Ao traçar o Plano de Atividades da turma deve-se ter em atenção o desenvolvimento de atividades que privilegiem a interação e a cooperação com o outro; que promovam a solidariedade; que criem condições de inclusão e de</p>	<p>delineado o currículo de turma, quando nessa, existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Especialmente os alunos quando possuem Necessidades Educativas Especiais Severas, quando é na parte cognitiva não conseguem acompanhar o currículo comum, mas existem determinadas problemáticas</p>	<p>delineado o currículo de turma, quando nessa, existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Primeiro deve analisar-se a Necessidade Educativa Especial que o aluno apresenta e só depois delinear o currículo de turma, assim o delinear do currículo depende das necessidades apresentadas pelo aluno em questão.”</p>	<p>delineado o currículo de turma, quando nessa, existem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Quando na turma existem alunos com Necessidades Educativas Especiais deve ter-se em atenção o desenvolvimento das atividades que levem a que exista a interação e cooperação e que levem à inclusão do aluno que apresenta</p>
--	---	--	--	---	--	---

		juntamente com a professora de Educação Especial anterior e com a atual é delineado o currículo.”	aceitação das diferenças; que fomentem a comunicação e o envolvimento da família com a escola.”	severas que não conseguem acompanhar o currículo comum nem o específico e esses alunos ficam de fora. Não estão em lado nenhum, porque não existe um currículo para eles, além de terem apoios.”		necessidades.”
	No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas	No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas	No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas	No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas	No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas	No seu entender, como se deve desenhar o plano educativo diário numa turma que inclui alunos com Necessidades Educativas

	<p>Especiais Severas?</p> <p>“Sempre com atividades diferentes, no grupo/ turma. Não quer dizer que eles não oiçam, o professor de Educação Especial acompanha-os, mas depois na prática tudo tem que ser adaptado ao respectivo aluno. nunca podemos entregar um trabalho a estes alunos e deixá-los sozinhos, temos que estar sempre com eles. Cada</p>	<p>Especiais Severas?</p> <p>“A tutela exige um documento para os alunos com Necessidades Educativas Especiais e um documento para os outros. Na minha opinião deveria fazer-se uma coisa pensada para podermos trabalhar um currículo que servia a todos, tendo a especificidade de cada um de acordo com os problemas.”</p>	<p>Especiais Severas?</p> <p>“Dever ter-se em atenção a especificidade desses alunos e diversificar as estratégias, de forma a inclui-los nas atividades possíveis.”</p>	<p>Especiais Severas?</p> <p>“Deve ter em atenção algumas capacidades ou competências do aluno, mas não esquecendo de forma alguma os outros alunos.”</p>	<p>Especiais Severas?</p> <p>“Deve apresentar ao aluno atividades diversificadas, assim como capacidades e competências que o aluno apresenta, sem colocar de lado toda a turma onde este aluno está inserido.”</p>	<p>Especiais Severas?</p> <p>“As atividades devem ser as mais variadas possíveis levando a que os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas sejam induídos.”</p>
--	--	--	---	--	--	--

	<p>aluno é um caso, nunca pode ser tudo igual para todos.”</p> <p>Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera que os professores têm flexibilidade suficiente para adequar o currículo às necessidades dos seus alunos?</p> <p>“Sim.”</p>
Recursos Humanos	<p>Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera suficiente o número de professores de Educação Especial face às necessidades?</p> <p>“Não.”</p>

	<p>Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?</p> <p>“Não.”</p> <p>Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?</p> <p>“Não.”</p> <p>Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?</p> <p>“Não.”</p> <p>Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?</p> <p>“Não.”</p> <p>Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?</p> <p>“Não.”</p> <p>Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Pensa que é suficiente o número de psicólogos e assistentes sociais nas escolas?</p> <p>“Não.”</p> <p>Considera suficiente os outros recursos humanos, nomeadamente terapeutas, atribuídos às escolas?</p> <p>“Não.”</p>
Recursos Materiais	<p>Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?</p>	<p>Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?</p>	<p>Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?</p>	<p>Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?</p>	<p>Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?</p>	<p>Considera suficientes os recursos materiais existentes ao seu dispor?</p>

	<p>“Sim.”</p> <p>Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>	<p>“Sim.”</p> <p>Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>	<p>“Sim.”</p> <p>Considera suficientes os programas e equipamentos informáticos específicos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>
	<p>Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera suficientes os materiais didáticos ao seu dispor?</p> <p>“Sim.”</p>
	<p>Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com</p>	<p>Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com</p>	<p>Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com</p>	<p>Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com</p>	<p>Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com</p>	<p>Todo o espaço físico da escola está acessível aos alunos com</p>

	Necessidades Educativas Especiais Severas? “Sim.”	Necessidades Educativas Especiais Severas? “Sim.”	Necessidades Educativas Especiais Severas? “Sim.”	Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Necessidades Educativas Especiais Severas? “Não.”	Necessidades educativas Especiais Severas? “Não.”
Aspetos relativos à motivação dos professores	<p>Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Sim. Porque existe muita coisa que nós se tivermos formação aprendemos e formas diferentes de as realizar.”</p>	<p>Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Sim. Não só dos professores como dos professores que tiram a especialização.”</p>	<p>Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Sim. É fundamental a atualização de qualquer professor, para que possa dar uma resposta mais eficaz aos diferentes desafios</p>	<p>Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Sim. É importante pelo menos para estarem atentos a novas descobertas que possam fazer, novas práticas pedagógicas.”</p>	<p>Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Sim. É importante que estes professores tenham mais competências para atender os alunos com Necessidades Educativas</p>	<p>Considera importante a formação contínua dos professores que atendem alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas?</p> <p>“Sim. É essencial a formação contínua de qualquer professor, visto que estes estão em constante aprendizagem com os seus alunos.”</p>

			diários.”		Especiais.”	
	Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Não.”	Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Sim.”	Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Sim.”	Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Sim.”	Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Sim.”	Pensa que é necessário competências específicas para trabalhar com alunos com Necessidades Educativas Especiais? “Sim.”
	Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar?	Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar?	Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar?	Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar?	Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar?	Os alunos com Necessidades Educativas Especiais Severas causam casos de indisciplina, na sala de aula ou noutro espaço escolar?

	<p>“Não.”</p> <p>Como consegue impor regras e fazê-las cumprir aos seus alunos?</p> <p>“É muito difícil, as regras são um tema diário. Eles sabem-nas muito bem, mas não as sabem colocar em prática.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Como consegue impor regras e fazê-las cumprir aos seus alunos?</p> <p>“As regras são feitas no início do ano letivo pelos alunos, depois nós vamos sempre trabalhando. Relativamente à menina que tenho na sala, como ela não verbaliza, faço o mesmo que faço ao resto do grupo. Quando é para estar sentado, levo-a ao lugar e</p>	<p>“Não.”</p> <p>Como consegue impor regras e fazê-las cumprir aos seus alunos?</p> <p>“As regras são negociadas com os alunos, no início do ano letivo. Semanalmente fazemos a auto e heteroavaliação dos comportamentos e as regras são revistas. A responsabilização no cumprimento das regras é incutida desde logo.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Como consegue impor regras e fazê-las cumprir aos seus alunos?</p> <p>“Por exemplo a menina que se encontra nesta turma é uma menina que não aceita regras, é muito difícil. Depende muito da problemática dos alunos, agora existem outros meninos que aceitam perfeitamente o que lhes é pedido.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Como consegue impor regras e fazê-las cumprir aos seus alunos?</p> <p>“A imposição de regras depende muito da problemática que este apresenta, visto que existem alunos que cumprem o que nós lhe dizemos e outros que nem sequer ouvem e cumprem qualquer tipo de regra.”</p>	<p>“Não.”</p> <p>Como consegue impor regras e fazê-las cumprir aos seus alunos?</p> <p>“Depende da problemática do aluno. Existem alunos que mesmo com aquela dificuldade são muito severos e ouvem o que dizemos e cumprem as regras, agora existem outros que nem sequer ouvem o que dizemos.”</p>
--	--	---	---	--	---	--

		imponho-me um bocado, para que ela perceba. Mas tudo depende dos casos que encontramos.”				
	<p>Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?</p> <p>“Sim.”</p>	<p>Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?</p> <p>“Não.”</p>	<p>Considera que o seu papel profissional lhe confere prestígio social?</p> <p>“Não.”</p>
	<p>Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com</p> <p>Necessidades Educativas Especiais Severas?</p>	<p>Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com</p> <p>Necessidades Educativas Especiais Severas?</p>	<p>Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com</p> <p>Necessidades Educativas Especiais Severas?</p>	<p>Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com</p> <p>Necessidades Educativas Especiais Severas?</p>	<p>Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com</p> <p>Necessidades Educativas Especiais Severas?</p>	<p>Qual a gratificação que obtêm no atendimento aos alunos com</p> <p>Necessidades Educativas Especiais Severas?</p>

	<p>“É ver o desabrochar deles, mesmo coisas pequenas para nós são uma alegria, quando vemos que eles são capazes. E ver o ponto de partida e depois o de chegada dá-nos uma grande alegria.”</p>	<p>“É ver o seu crescimento e a sua vontade de aprender e isso para nós é uma grande vitória enquanto professores.”</p>	<p>“Poder proporcionar-lhe algum bem-estar, aprendizagens e ver os seus progressos.”</p>	<p>“Ter um bom relacionamento afetivo com os alunos e eles comigo. As pequenas aquisições que eles vão fazendo, mesmo que sejam muito poucas, já são uma grande vitória.”</p>	<p>“É extremamente gratificante ver estes alunos a desenvolver as suas capacidades dia após dia e a fazerem as suas pequenas conquistas, perante uma sociedade que ainda não os aceita tal e qual como são.”</p>	<p>“É muito bom ver o seu desenvolvimento, proporcionar-lhe uma vida melhor e ver os seus progressos ao longo de todo o ano letivo.”</p>
--	--	---	--	---	--	--

Legenda:



Respostas “Sim”



Respostas “Não”



Semelhança entre as respostas



Diferença entre as respostas